



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE JORNALISMO

KARINA CUSTÓDIO SOUSA

GUETO JORNALÍSTICO

Palmas (TO)
2021

KARINA CUSTÓDIO SOUSA

GUETO JORNALÍSTICO

Relatório do produto apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Dr. Sérgio Ricardo Soares Farias Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725g Sousa, Karina Custódio .
 Gueto Jornalístico. / Karina Custódio Sousa. – Palmas, TO, 2021.
 79 f.

 Relatório de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Palmas - Curso de Jornalismo, 2021.

 Orientador: Sérgio Ricardo Soares Farias Silva

 1. Redes sociais. . 2. LGBT. 3. Palmas. 4. Políticas Públicas. I. Título

CDD 070

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KARINA CUSTÓDIO SOUSA

GUETO JORNALÍSTICO

Relatório de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Data da Aprovação ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Soares Farias Silva, Orientador, UFT

Prof^a. Dra. Alice Agnes Spíndola Mota Pinho, Examinadora, UFT

Prof^a. Dra. Liana Vidigal Rocha, Examinadora, UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço à terra, às árvores, à água e ao vento, aos orixás e entidades que me guiam, me zelam e de alguma forma me protegem. A minha mãe Helenilva Custódio que teve a paciência de me ensinar a comer, andar e ler. A minha outra mãe, Carol dos Anjos, que me ensinou a abraçar, me amar e a não sentir tanta raiva da Universidade.

A minha irmã de vida e alma, Dayanna Carvalho, que está há tanto tempo na minha vida que às vezes se funde a todas as minhas memórias boas, faz parte dos meus sons, cheiros e tons preferidos. E que durante esse processo doloroso de conclusão do curso foi a única com a qual consegui me abrir.

A minha família, meu avô Elias Custódio que me ensinou que era afeto e compreensão, a minha avó Maria Du’Carmo Santana, que me ensinou por meio do seu exemplo o valor do trabalho. A meus irmãos, Jhoniel Custódio e Werle Custódio. Minhas tias, Lucelia Santana, Rosa Santana, Denise Santana. E minha tia Leiliane Santana que me ajudou quando eu não tinha a quem recorrer e que tem sido portal de conversa em nossa família. E aos meus recém chegados (ou quase) e já muito amados, primos Ravi e Helena.

Ao “tio José” que de amigo virou família e é único que me faz sentir bem em ser chamada de baixinha.

Ao movimento social de mulheres negras, lésbicas e bissexuais que me deu informações que a Universidade ainda insiste em não dar.

À Dinah Rodrigues, pelo café afeto e por me socorrer em todas as horas.

À Laryssa Graziely “Lary”, que se tornou o doce dos meus dias, mesmo à distância.

À Karoline Chaves, mais um presente do movimento social, que aguenta meus surtos e que tirou minhas dúvidas sobre leis e tudo que era jurídico nesse TCC.

À Sil, minha primeira namorada, e sem a qual eu não estaria viva. A Thafnes a melhor futura pedagoga do mundo e a pessoa que me faz rir e dá aquele quentinho no coração só de existir. E Violeta por ser um dos primeiros ouvidos que me ouviram sem me julgar, por me aguentar por tanto tempo e por ser tão linda, gentil e inteligente.

Ao meu orientador, Sérgio Soares, que me aguentou por três períodos de desânimos e desistências que chegam, enfim, ao fim. E a todos aqueles e aquelas que contribuíram para a minha formação, em especial os professores José, Laura, José Carlos e Roberta presentes no meu ensino fundamental e médio. Vocês me incentivaram a cultivar o senso crítico e valorizaram meu trabalho.

À Loislene Pereira, Jessica Rosanne, Weslene Costa, Renata Mendes e Natália Rezende, as negras cinegrafistas, meu ponto de amor no meio acadêmico.

À Ananda Santos e Jessica, minhas amigas à primeira vista. Impossível esquecer da biblioteca mais linda de toda UFT, gratidão ao Guilherme Gândara, meu amor desde o primeiro choro compartilhado nos corredores do Caleidoscópio.

Dedico este trabalho, *in memoriam*, a Dáleti Jeovana, a mulher que mudou a minha vida, que me inspirou a me descobrir e me aceitar. É uma das grandes motivações para realização deste trabalho. Que você esteja num mundo sem opressão e dor. Minha irmã, tu merece o Órun.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi criar um produto veiculado na Rede Social Instagram a respeito das políticas públicas para população LGBTIA+ no município de Palmas, Tocantins, o Gueto Jornalístico. De modo a investigar a existência de políticas públicas para essa população no município, assim como expor a violência sofrida por pessoas LGBTIA+ e os atores sociais envolvidos nas políticas públicas para pessoas LGBTIA+. Para atingir os objetivos estabelecidos foram usadas a pesquisa bibliográfica e documental, a entrevista semiaberta e foi realizada uma pesquisa mercadológica de modo a verificar o interesse pelo produto. O produto final contou com 83 publicações no Instagram, sendo 65 delas no Storys, 11 no Feed, 4 IGTV, e uma Live e um Reels. Ao longo do trabalho foi possível identificar as dificuldades de realizar uma apuração jornalística à distância, mas também de perceber as potencialidades de produzir jornalismo no Instagram, as funcionalidades oferecidas permitiram construir propostas inovadoras de conteúdo jornalístico.

Palavras Chave: Redes sociais. Instagram. Gueto Jornalístico. Políticas Públicas. Palmas.

ABSTRACT

The objective of this work was to create a product published on the Instagram Social Network about public policies for the LGBTIA+ population in the city of Palmas, Tocantins, called Gueto Jornalístico. In order to investigate the existence of public policies for this population in the city, as well as expose the violence suffered by LGBTIA+ people and the social actors involved in public policies for LGBTIA+ people. To achieve the established objectives, bibliographical and documental research, semi-open interviews and market research were carried out in order to verify the interest in the product. The final product had 83 publications on Instagram, 65 of them on Storys, 11 on Feed, 4 IGTV, and one Live and one Reels. Throughout the work it was possible to identify the difficulties of conducting a journalistic investigation at a distance, but also to realize the potential of producing journalism on Instagram, the features offered allowed to build innovative proposals for journalistic content.

Keywords: Social networks. Instagram. Gueto Jornalístico. Public policy. Palmas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Ícone “salvar”.....	27
Figura 02 - Marca do Gueto Jornalístico.....	27
Figura 03 - Feed do Gueto Jornalístico.....	30
Figura 04 - Capas de destaque.....	30
Figura 05 - Story que mostra os bastidores da produção jornalística.....	31
Figura 06 - Story que divulga publicações feitas em outras funcionalidades do Instagram.....	31
Figura 07 - Story que mostra os bastidores da produção jornalística.....	33
Figura 08 - Story que divulga publicações feitas em outras funcionalidades do Instagram...	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: recursos materiais.....	39
Tabela 02: recursos humanos.....	39
Tabela 03: custos totais.....	39

LISTA DE SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADO - Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BHS - Brasil Sem Homofobia (BSH)

CRDHCH - Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas

GGB - Grupo Gay da Bahia

LAI - Lei de Acesso à Informação

LGBTIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e trans, Intersexuais e Assexuais

PNDCDH-LGBT - Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

SSP-TO - Secretaria de Segurança Pública do Tocantins

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Justificativa	14
1.2	Objetivo Geral	18
2.2	Objetivos Específicos	18
2	QUADRO CONCEITUAL	19
3	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	26
4	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	31
4.1	Público-alvo	31
4.2	Definição do Título	31
4.3	Identidade visual e proposta estética	31
4.4	Linguagem	34
4.5	Funcionalidades do Instagram	34
4.6	Entrevistas	37
4.7	Acessibilidade	39
4.8	Mercado, veiculação e viabilidade	40
4.9	Custos da prática jornalística	41
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICES	47
	APÊNDICE A – ROTEIRO MULTIMÍDIA	47
	APÊNDICE B – PLANEJAMENTO DE POSTAGENS	51

1 INTRODUÇÃO

A pauta LGBTIA+ é uma das mais recentes no cenário de lutas pelos direitos humanos no Brasil. Foi apenas no período ditatorial que começaram a surgir os grupos LGBTIA+, reduzidos no período à denominação “movimento gay”. Na época, tanto para a população, quanto para o poder público e para o jornalismo tradicional, esse era um grupo fora da sociedade “respeitável”. As pautas desse movimento só começaram a ser discutidas e validadas, ainda que timidamente, no século XXI.

As políticas públicas voltadas para pessoas LGBTIA+ começaram a entrar na pauta governamental no início dos anos 2000, tendo como marco a criação do programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, que resultou na implantação de quarenta e cinco Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) em todas as capitais estaduais e em algumas das principais cidades do país. Em 2006, os CRDHCH foram transferidos para as universidades (AVELAR et al., 2012). Houve também a criação de órgãos como o Conselho Nacional contra Discriminação de LGBT (implementado em 2001 e ligado, na época, ao Ministério dos Direitos Humanos) e a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, estabelecida em 2009 (REIDEL, 2018; AVELAR et al., 2012).

Destaca-se ainda a realização de três Conferências Nacionais LGBTIA+ (em 2008, 2011 e 2016) e dois seminários de negras e negros LGBT¹ (em 2012 e 2018), e a criação do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNDCDH-LGBT) em 2009, baseado nas formulações da primeira Conferência Nacional LGBT (AVELAR et al., 2012).

Outra ação de grande importância foi a inclusão de denúncias de LGBTfobia no canal de denúncias Disque 100 (canal de Denúncia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, MMFDH) feita em 2010 (REIDEL, 2018) e a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2011.

No entanto, as políticas nacionais voltadas a essa população enfrentaram barreiras impostas pelos próprios membros do legislativo brasileiro. A LGBTfobia impediu a oficialização e continuidade de muitas políticas planejadas (AVELAR et al., 2012). Se ao nível nacional, transformar essas políticas em realidade tem sido difícil, como as políticas públicas para pessoas LGBTIA+ são tratadas em Palmas? Visando responder a esta pergunta

¹ Não há menção aos dois seminários em nenhum artigo examinado, mas durante a investigação jornalística a respeito foi possível encontrar um documento da Fundação Cultural Palmares atestando a realização do primeiro Seminário e uma notícia da UNILAB sobre a recepção do segundo seminário em 2018 que inclusive contou com a presença de participantes tocantinenses.

foi construído um perfil jornalístico no Instagram, em que serão abordados a construção e execução (ou não) dessas políticas pelo poder público municipal (legislativo e executivo) de Palmas, bem como a reivindicação do movimento social LGBTIA+ em torno dessas políticas, a realidade de opressão enfrentada pela população LGBTIA+ e as obrigações do governo frente a essa situação, temas transversais ao problema a ser resolvido.

A descrição do produto será composta por quatro partes principais, sendo elas a apresentação dos conceitos que amparam o produto jornalístico elaborado (Quadro conceitual), a exposição dos métodos e técnicas utilizadas (Procedimentos técnicos), a descrição do produto e as Considerações Finais.

1.1 Justificativa

Pessoas LGBTIA+ no Brasil são atravessadas por uma realidade de preconceito, violência e descaso. Mesmo que muitos dados sejam insuficientes e incompletos², ainda assim é possível atestar que as agressões contra essa população no país são inúmeras e frequentes. Entre 2011 e 2018, 14.262 denúncias de agressões às pessoas LGBTIA+ foram registradas no Disque 100 (Canal de Denúncias do MMFDH). Do número, 54 dessas denúncias foram feitas no Tocantins.

A desigualdade imposta às pessoas LGBTIA+ ultrapassa as questões de violência. Apenas em 2011, após o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi garantido o direito civil do casamento a pessoas homoafetivas. E só em 2018, outra ADI, julgada pelo STF, deu direito a alteração do nome e sexo diretamente no registro civil para pessoas trans. Há que se notar que esse direito muitas vezes não é acessado por desconhecimento, burocracia, falta de recursos financeiros e a própria transfobia ainda presente no serviço público.

E mesmo a violência LGBTfóbica só foi criminalizada após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 pelo STF, que enquadrou a homofobia e transfobia na lei de racismo (Lei nº 7.716/89), em 2019. A regularização e

² Como denunciado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu Atlas da Violência e Anuário da Violência de 2020, a falta de informações sobre a quantidade de pessoas LGBTIA+ no país em decorrência da ausência de questões sobre identidade de gênero e orientação sexual no Censo Demográfico feito pelo IBGE resulta em uma incógnita da taxa de violência entre essa população.

aplicação dessa lei tem enfrentado barreiras impostas, mais uma vez, pelo preconceito institucionalizado e ainda não combatido³.

A discriminação reverbera no acesso a todos os direitos, a exemplo da educação. A V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), expõe que 0,2% dos universitários(as) são pessoas trans e “pouco mais de um quinto dos(as) discentes não se classifica como heterossexual” (ANDIFES, 2018, p. 61).

A existência da violência e hierarquização entre pessoas LGBTIA+ e cis heterossexuais vai contra os princípios constitucionais que pregam a igualdade e a defesa dos direitos fundamentais (BRASIL, 1988), que, como expresso por essa mesma constituição, são de obrigação do Estado prover.

Diante disso, a cobertura e aprofundamento jornalístico em relação ao tema trazem a oportunidade de não só mostrar a hostilidade enfrentada por essa população, mas principalmente de evidenciar as respostas dadas pelo governo em torno desses problemas, além de viabilizar o debate público em torno de suas soluções.

A construção de um produto jornalístico que pautar a violação dos direitos humanos alinha-se a um dos princípios do código de ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Ou seja, o dever de opor-se a opressão e de defender os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, combatendo a perseguição e discriminação por razões “[...] sociais, econômicos, políticos, religiosos, *de gênero*, raciais, de *orientação sexual*, condição física ou mental ou de qualquer outra natureza” (FENAJ, 2007, p. 1-2, grifo nosso).

Um sistema político deve alcançar alguns critérios básicos para ser chamado de democracia, como a igualdade de voto, a participação e o acesso à informação (DAHL, 2001), que está diretamente ligado à boa atividade jornalística. Caso o jornalismo seja de qualidade, ele inevitavelmente contribuirá para a efetivação desses critérios. Logo, um perfil do Instagram sobre políticas públicas LGBTIA+ em Palmas contribui para o fortalecimento da democracia, dado que informações sobre a sociedade e o governo não são de fácil acesso.

O jornalismo é modificado por pressões sociais e mesmo pela rotina jornalística (SOUSA, 2006; WOLF, 2003), modificações essas que excluem vozes periféricas do discurso jornalístico, superficializam as discussões e padronizam os pensamentos, diminuindo a

³ Muitas organizações de direitos LGBTI+ vem denunciando os casos de violência levados às autoridades da segurança pública que não são tomados como homofobia ou transfobia, a exemplo a OSC All Out, que criou um Protocolo LGBTI+ para garantir a aplicação da Lei.

qualidade dos produtos jornalísticos e mesmo prejudicam o acesso à informação. Soma-se a isso o fato de que a construção da linguagem, da lei e de muitos dos valores societários estão ancorados em normas socialmente construídas de gênero e práticas sexuais que excluem qualquer tipo de existência LGBTIA+. Destarte, tratar de LGBTIA+ configura-se como uma quebra nos padrões de preconceito e uma ruptura com as limitações jornalísticas que apenas fazem eco aos discursos da maioria e de quem tem poder.

A trajetória pessoal da autora deste projeto como uma mulher lésbica tocantinense, que vive em Palmas há cinco anos, que vivenciou a violência e intolerância, em sua família, nas ruas de Palmas, em sua atuação no movimento LGBTIA+ e mesmo nos corredores e salas de aula do curso de Jornalismo, assim como a percepção da falta de instrução sobre os direitos humanos na graduação e, principalmente, a esperança por mudança, são também, uma grande justificativa e motivação para esse trabalho.

Para promover acesso à informação e cumprir com sua responsabilidade social o jornalismo precisa chegar até as pessoas, e, frente a uma realidade em que o consumo da internet aumenta todos os anos e a popularização das redes sociais segue no mesmo ritmo, é impossível ignorar a potencialidade dessas redes em difundir a produção jornalística.

A pesquisa *The Global State of Digital 2021* (HOOTSUIT, 2020) realizada pela *Hootsuite e We Are Social* mostra a amplitude dessas novas tecnologias em nível mundial e nacionalmente. Em todo o mundo, 4,6 bilhões de pessoas usam internet e 53,6% da população mundial é usuária ativa de ao menos uma rede social, um total de 4,20 bilhões de pessoas conectadas. Vale dizer que o crescimento de usuários de internet aumentou em 7,3% enquanto o número de pessoas que utilizam redes sociais cresceu 13,2% entre 2020 e 2021.

No Brasil, o cenário se repete de forma mais tímida. Por aqui, o aumento do número de pessoas que acessam as mídias sociais foi de 7,1% entre 2020 e 2021. Hoje, 70,3% da população do país tem uma conta ou perfil em alguma rede social. De acordo com a pesquisa, o tempo gasto em redes sociais no país chega a ser maior que o tempo lendo notícias. Enquanto a média diária da leitura de material da imprensa é de três horas e 13 minutos, as plataformas e aplicativos sociais têm uma média diária por usuário de três horas e 42 minutos.

O relatório também dá pistas da capacidade da internet em fomentar o meio jornalístico ao expor que, entre as principais razões de estar online, 63% afirmaram estar *Finding Information*⁴ e 55,6% afirmaram estar *Keeping up to date with news and events*⁵

⁴ Procurando informação.

⁵ Mantendo-se atualizado com notícias e eventos.

(Hootsuit, 2020, online). Além disso, a porcentagem de pessoas no mundo que se preocupa com o que a diferença entre real e falso quando se trata de informações na internet chegou a 56,4%. No Brasil essa taxa é de 84%, a maior entre todos os países.

Uma das redes que se destacam pelo número de acessos é o Instagram. Entre o *ranking* de websites mais acessados do mundo ele está em 8º ou 5º (8º posição concedida pelo *SemRush* e 5º pelo *Similarweb*) em 2020. Entre as plataformas sociais com mais usuários ativos no mundo, o Instagram aparece na quinta posição. Quando se trata de horas passadas na plataforma, ele pula para terceiro. As pessoas passam em média 10 horas e 30 minutos por mês na rede. No Brasil, o Instagram é a quarta maior rede, atrás apenas do Youtube, Whatsapp e Facebook. Sendo que 86,3% dos usuários de internet utilizaram a plataforma no mês de janeiro de 2021. Entre os aplicativos de redes sociais, o Instagram está em terceiro lugar quando se trata de horas passadas no dia no Brasil. São gastas 14 horas por mês só no Instagram. O Facebook e o Whatsapp ainda saem na frente nesse cálculo, tendo em média, respectivamente, 30,3 horas e 15,6 horas mensais de uso.

A alta presença das pessoas no Instagram permite ao jornalismo ancorado nessa plataforma obter uma disponibilização de seu conteúdo diretamente nos *feeds* dos seus usuários, sem a necessidade de que essas pessoas vão até o site de notícias ou outros meios. Em Palmas, muitos portais de notícias também possuem uma conta no Instagram. O perfil da TV Anhanguera, por exemplo, tem mais de 22 mil seguidores. A Gazeta do Cerrado, outro jornal local, tem 14,4 mil seguidores. No entanto, são poucas as iniciativas jornalísticas construídas para o Instagram, principalmente quando se tratam de produções mais aprofundadas. Na maioria das vezes, a plataforma só é usada como meio de divulgação dos conteúdos publicados nos sites ou TV. A falta de ações jornalísticas arquitetadas para o Instagram abre as portas para novas experiências no meio.

A produção de conteúdo em redes sociais permite a aproximação dos leitores com a produção jornalística, propiciando a execução de um jornalismo colaborativo e da valorização do trabalho de apuração e construção da notícia, afinal as etapas e trâmites do jornalismo ainda são pouco conhecidas, o que favorece a ignorância e falta de questionamento sobre as origens e veracidade das informações que circulam na internet. Outra vantagem de produzir jornalismo no Instagram são as várias formas em que esse conteúdo poderá ser divulgado,

uma vez que essa plataforma possibilita a criação de vídeos, fotografias, texto e até transmissões ao vivo. Cabe à jornalista saber explorá-los.

1.2 Objetivo Geral

Criar e produzir um perfil jornalístico no Instagram sobre políticas públicas, com enfoque em segurança pública, para pessoas LGBTIA+ em Palmas.

2.2 Objetivos Específicos

Apurar se há construção e execução de políticas de segurança pública voltadas para a população LGBTIA+.

Demonstrar como a população LGBTIA+ palmense é atingida pela violência.

Revelar como os atores políticos interferem na construção de políticas públicas para pessoas LGBTIA+ em Palmas.

2 QUADRO CONCEITUAL

Para construir um perfil de Instagram jornalístico sobre políticas públicas para população LGBTIA+ em Palmas é preciso explicar o que são políticas públicas, perceber o contexto em que a rede social Instagram está inserida e como o jornalismo a utiliza, além de conhecer as razões e formas da LGBTfobia.

Quanto à fundamentação teórica das políticas públicas, sabe-se que há diversos conceitos sobre o termo/área e variados modos de análise de políticas públicas. Saravia (2006, p. 28) expõe um conceito útil de política pública.

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

Vê-se aí tanto o ponto de vista social, quando se fala em mudar ou não a realidade, quanto o aspecto organizativo da política pública, ao expor como ela se dá. Celina Sousa (2006), ao revisar a literatura sobre políticas públicas, traz inúmeros conceitos aproveitáveis para a execução do projeto.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos (SOUSA, 2006, p. 24).

A perspectiva de que “política pública” é um sistema com “inputs” pode auxiliar na observação da interação de diferentes atores sociais na formulação e implementação dessas políticas. A operacionalização da análise da política pública feita por Lasweel e explicada por Sousa (2006) dá arcabouço para aferir a interação política nas ações sistemáticas do governo e seus resultados: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUSA, 2006 p. 24).

Por conseguinte, ao analisar qualquer política pública voltada para o público LGBTIA+ realizada em Palmas, deve-se ter em mente que ela possui aspectos sociais de conflito entre os vários setores que a envolvem, tanto os aspectos organizativos como os processos decisórios, a burocracia, o orçamento, etc., e que em nenhum momento esses “lados” da política pública se desvinculam.

Gonçalves traz uma discussão acerca de direitos sociais e políticas públicas interessante a este trabalho, o autor afirma que existem “políticas públicas constitucionais vinculativas” (GONCALVES, 2007, p.5), essas políticas surgem na medida que passa a ser percebida a necessidade de concretização dos direitos sociais garantidos constitucionalmente.

Desta forma, temos que o Poder Executivo não poderá furtar-se à elaboração das políticas públicas relacionadas aos direitos sociais, bem como à efetiva implementação destes, sob pena de descumprir norma constitucional de ordem pública, imperativa, inviolável e auto-aplicável. (GONCALVES, 2007, p.5)

Desta maneira, é possível perceber que as políticas também devem surgir da necessidade de cumprir os direitos sociais garantidos na Constituição quais sejam a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Gonçalves (2013) também expõe que a constituição inclui em sua estrutura o direito a participação popular na elaboração de políticas públicas que muitas vezes se dá por meio de conselhos de gestão “Tais Conselhos, que contam com a participação de diversos segmentos da sociedade (poder público, entidades de classe, associações, clubes de serviço, etc.), contribuem para o diagnóstico das prioridades do ente público nas áreas correspondentes aos direitos sociais” (Gonçalves, 2013, p. 193). Assim sendo a participação popular se insere para além da reivindicação das políticas públicas, mas também no processo de elaboração, avaliação e execução dessas políticas.

As estruturas teóricas desse trabalho estão alinhadas à contextualização, análise e crítica da relação do jornalismo com as mídias sociais e a sociedade. O surgimento dos sites e aplicativos de redes sociais se insere num contexto em que, desde a internet 2.0, os usuários são capazes de produzir e interagir com o conteúdo online, de tal modo que há maiores possibilidades de interação do “público”, que deixa de ser apenas público do conteúdo jornalístico (ALVES, 2018).

A presença de redes sociais é anterior à criação de aplicativos em que essas redes são criadas virtualmente, e as possibilidades de conexão são ampliadas no meio online: “a web possibilita inúmeras conexões entre os usuários, com um grande potencial de informação.” (ALVES, 2018, p. 51). Lima JR (2020) aponta para a capacidade do ciberespaço, exposta por Levy (1994 apud LIMA JR, 2020), em amplificar a inteligência coletiva quando aumenta o nível de conexões: “Uma inteligência para além das impressões individuais. Independente dos agentes solitários, o caminho cognitivo se estenderia em uma rede de interações, ligando pessoas, objetos, tecnologias, técnicas e o próprio meio” (LIMA JR, 2020, p. 36). A

inteligência coletiva proporciona maiores oportunidades para a construção de soluções em conjunto, um instigador de soluções a problemas sociais, na medida em que os expõe e os denuncia. O jornalismo não deve se furtar a fazer parte da construção da inteligência coletiva, presente também em mídias sociais.

No ciberespaço, o espaço geográfico também é reconfigurado. Cidades não possuem mais limites territoriais e podem ser vivenciadas online, o que pode proporcionar uma ciberdemocracia municipal, em que cidadãos podem não só se informar sobre os poderes públicos, mas também expressar suas opiniões e, no sentido original do termo (ciberdemocracia), até mesmo participar de decisões políticas (LIMA JR, 2020).

As primeiras apropriações do meio jornalístico no meio online não refletiam as potencialidades do ciberespaço. Daniela Bertocchi (2006, p. 22) descreve o cenário de *shovelware journalism*, em que o jornalismo online inicialmente é apenas uma reprodução do meio impresso. Na quinta geração do webjornalismo, em que o jornalismo adentra nos sites e aplicativos de redes sociais, muitas vezes esse cenário se repete. Ao analisar narrativas jornalísticas nos stories do Snapchat e do Instagram, Alves (2018) também percebe reprodução e divulgação de conteúdos originalmente feitos para sites nas mídias sociais. Aragão (2012), da mesma forma, atesta esse uso e critica a maneira como o jornalismo ainda limita o diálogo entre interlocutores: “[...] o jornalista e/ou a empresa ainda se veem no papel de fornecedores de conteúdo, em lugar de dialogar com os outros integrantes dessa esfera comunicacional” (ARAGÃO, 2012, p. 6).

No entanto, os autores também registram iniciativas jornalísticas originalmente produzidas para as mídias sociais, que inclusive fazem uso de um jornalismo mais colaborativo (ARAGÃO, 2012; ALVES, 2018; LIMA JR, 2020). Alves (2018) aponta ainda que “algumas características do webjornalismo, antes presentes nos sites de notícias, são potencializadas no momento em que os veículos passam a produzir ou disponibilizar conteúdo para sites de mídias sociais” (2018, p. 63), características como a presença de ferramentas multimídias, a hipertextualidade e a interação.

Nesse contexto de maior interatividade e diálogo entre consumidores de jornalismo, perfis jornalísticos em redes sociais são capazes de receber e responder comentários de outros usuários, propor questionamentos e até estabelecer convites para que os usuários participem da produção do conteúdo (ALVES, 2018).

Criado em 2010, o Instagram já passou por diversas mudanças em sua estrutura e funcionalidades. Hoje, a rede social conta as publicações no feed, nos stories, no IGTV, lives, reels e ainda uma parte voltada para compra de produtos.

Uma herança do Snapchat, o recurso stories do Instagram foi criado em 2016 e é uma funcionalidade com duração de 15 segundos que fica disponível para visualização por 24 horas após a postagem, se estabelecendo como um conteúdo instantâneo e efêmero. O story pode ser constituído por diversos elementos multimídias como vídeos, fotos, stickers, marcações, enquetes e outros.

Há opção de que os stories se transformem em “destaques”, fixando-os no perfil do Instagram e aumentando seu tempo de visualização. No que se refere à interação com seguidores, os stories disponibilizam oito reações rápidas, que consistem em emoticons que expressam emoções e ações, além da possibilidade de clicar em enquetes, testes, localizações e menções, quando elas estão presentes.

A hipertextualidade pode ser alcançada por meio de links usados em perfis do Instagram com mais de 10 mil seguidores e também através de citações de outros perfis (usando o @ do perfil) e uso de *stickers* e *hashtags* que podem conduzir a um assunto específico ou a um contexto geral presente na postagem. Desse percebe-se que a multimídia é inerente às mídias sociais e ao Instagram.

Alves (2018) faz uma categorização dos tipos de conteúdo produzidos por jornais nos stories do Instagram. Dentre eles há alguns que interessaram a produção do presente produto jornalístico: narrativa textual, narrativa convite, narrativa de nota, narrativa de entrevista e narrativas de múltiplos formatos.

Na narrativa textual são usados fotos ou vídeos, acompanhados de textos ou legendas. A narrativa convite costuma ser um vídeo da jornalista convidando o público a ler uma matéria. No caso do atual produto aqui descrito, foram postagens. Na Narrativa Nota, a jornalista conta ou explica uma notícia. Na Narrativa de Entrevista, é reproduzida a usual entrevista jornalística com perguntas e respostas dentro do Instagram. Já na Narrativa de múltiplos formatos, são usadas diversas categorias de narrativas em apenas uma postagem.

A construção de um produto que trate sobre pessoas LGBTIA+ deve compreender que a LGBTfobia foi inventada por uma sociedade ocidental, cristã, branca e capitalista e é um preconceito não apenas ligado a sexualidade e identidade de gênero, mas também as questões de classe, raça, gênero, etnia e localidade. Autoras e autorias⁶ como Audre Lorde (2019), Gloria Anzaldúa (2005) e Tanya L. Saunders (2017), que são atravessadas por questões raciais, de gênero, sexualidade e classe, expõem que a colonialidade racista é um dos pilares

⁶ Tanya L. Saunders é uma pessoa trans não binária, portanto os pronomes relativos a ela são neutros.

do preconceito contra pessoas de gênero e sexualidade dissidente. Tanya L. Saunders desvenda esses atravessamentos ao elucidar seu contexto de criação.

Na epistemologia e ontologia ocidentais, é o corpo lésbico negro, o pervertido feminino negro, e no caso do Brasil, a bruxa negra, que serve de sustentação para as definições do "não-humano", enquanto o cisgênero masculino, branco, rico, heterossexual, cristão e burguês (também conhecido como homem) continua a servir como sustentação para o "humano", um processo enraizado na América Colonial (SAUNDERS, 2017, p. 107).

Saunders (2017) argumenta que a colonialidade produziu um conhecimento científico acerca da humanidade e do “homem” que é enviesado de modo a privilegiar um grupo social (homens, colonizadores, cis heterossexuais, brancos, europeus e cristãos) e considerá-lo humano, enquanto todas as pessoas que não pertenciam a este grupo eram catalogadas “cientificamente” como não humanas.

Nessa perspectiva, tanto o conceito de humano como as definições de homem, mulher, bom e ruim, que estruturam a sociedade são restritas e os papéis sociais são rígidos e supostamente naturais e imutáveis. Assim sendo, é possível perceber que a construção dessas definições é feita socialmente por um pequeno grupo e não reflete a realidade, como também exposto por Monique Wittig (2019), que explica que a suposta existência de apenas dois sexos (feminino e masculino) é uma construção sócio-histórica baseada em uma “biologia/naturalidade” que tornaria esses sexos “naturais”.

[...] hoje, noções como raça e sexo são entendidas como um ‘dato imediato’, ‘sensível’, um conjunto de ‘características físicas’, que pertencem a uma ordem natural. Mas, o que cremos ser uma percepção direta e física, não passa de uma construção sofisticada e mística, uma ‘formação imaginária’ que reinterpreta traços físicos (e os mesmos são tão neutros como qualquer outros, mas marcados pelo sistema social) por meio da rede de relações com as quais eles mesmos são percebidos (WITTIG, 2019, online).

Na mesma linha, Gayle Rubin (2003) revela como as práticas, vivências e identidades heterossexuais são historicamente edificadas como “naturais”, instaurando uma hierarquização das práticas sexuais que tende a violentar quem não faz parte da heterossexualidade.

Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos a presunções de doença mental, má

reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas (RUBIN, 2003, p.14).

Como afirma Rubin, heterossexuais casados estavam no topo da pirâmide social; depois, heterossexuais monogâmicos não casados/as em relação conjugal e, em seguida, outros heterossexuais. Abaixo, estavam os homossexuais (gays e lésbicas), sendo aqueles monogâmicos, em relações longas, portadores de maior respeitabilidade. Mas, como conta Rubin “as castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos” (2003, p.14).

A partir da noção essencializada do sexo, também é erguida a heterossexualidade como um poder (assim como o é a questão econômica), reflexão feita por Rich (2010), que apresenta a heterossexualidade como uma obrigação, ou seja, há uma heterossexualidade compulsória guiando as práticas de todos, em especial as mulheres, que são condicionadas culturalmente ao homem, inclusive sexualmente. A inferiorização feminina conduz à dependência do homem, assim como a repressão de sua própria sexualidade, fazendo, dessa maneira, com que a heterossexualidade passe a ser uma obrigação.

Foucault (1988) também presta uma grande contribuição para entender a LGBTfobia em “História da sexualidade”, demonstrando que houve no século XIX uma regulação das práticas sexuais de modo que ela servisse apenas para maximizar a produção e os lucros da sociedade capitalista europeia.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Nesse contexto, relações sexuais-amorosas que não gerassem novos operários para o sistema industrial deveriam deixar de existir, assim como conformações de família e papéis sociais que impediam a conservação e concentração do capital. Isso corrobora com o explicitado por Saunders (2017), Wittig (2019) e Rubin (2003), que descrevem como as conceituações de gênero, sexo, sexualidade, raça e outros foram inventadas e associadas a uma suposta naturalidade (ou não naturalidade) que legitimava a violência e marginalização daqueles que não se encaixavam no conceito de humanidade.

Outra questão a ser apontada é como a construção social da vivência LGBTIA+ como inferior às vivências cis heterossexuais define o conteúdo midiático em torno dessa

população. Silva (2008), ao estudar a imagem das paradas LGBTIA+ na mídia impressa de Palmas, constata que a mídia transmite a imagem desse evento de modo apenas parcial. O autor aponta que, embora as paradas LGBTIA+ atendam a todos os critérios de noticiabilidade, e que o jornalismo tenha o papel de agir em prol da educação popular, as matérias produzidas pelos jornais limitam-se ao imediatismo ao apagar o papel reivindicatório da parada: “E apesar do intuito louvável dos jornalistas em se fazerem inteligíveis para toda a sociedade palmense sobre as questões da homossexualidade, a maioria de suas notícias está diretamente ligada à expectativa dos veículos de publicizar a festa” (SILVA, 2008, p. 62).

Maia (2017), ao pesquisar o termo “ideologia de gênero” nos jornais online tocantinenses, com o intuito de desvendar sua relação com o plano de educação do Tocantins, demonstra diversas manifestações de conservadorismo nos jornais. Em especial o portal JM Notícia que: “[...] se mostrou como um veículo que defende a denominação dos estudos de gênero de ideológicos porque se fundamentaria somente em ideias e não em ciência e/ou no projeto de uma sociedade teocrática” (MAIA, 2017, p. 99). Assim sendo são muitos os tentáculos da LGBTfobia, a única forma de escapar a sua reprodução é conhecendo suas origens a forma como se manifesta e principalmente se pondo em oposição a hierarquias sociais e em favor dos direitos humanos.

3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A produção do Gueto Jornalístico demandou pesquisa bibliográfica a respeito de políticas públicas para população LGBTIA+ e as formas como a LGBTfobia tira direitos dessa população. Conforme Gil (2002, p. 45), “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Já a pesquisa documental realizada permitiu ter conhecimento acerca de leis, decretos, resoluções e dados acerca da temática do produto multimídia efetuado. Isso se deu uma vez que a capacidade dos documentos em representar os fatos históricos é tão potente quanto o testemunho humano, já que suas informações não são tão fortemente transformadas pelo tempo (GODOY, 1995).

A pesquisa bibliográfica feita inicialmente localizou diversos documentos, mas, além dela, foram analisados o site do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o site da Prefeitura de Palmas, o banco de diários oficiais de Palmas, seu banco de leis, os sites e portais de notícia locais tocantinenses (por meio de busca avançada do Google) e os sites de Organizações LGBTIA+, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Gay da Bahia (GGB). A busca inicial, nesses locais, para a obtenção dos documentos foi feita através do uso das palavras-chave: “LGBT”, “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “intersexual” e “assexual”, as palavras chave também foram pesquisadas em seu plural. Na análise dos documentos, as mesmas palavras-chave foram pesquisadas. Posteriormente, os trechos que as continham eram lidos e, em caso de relevância para o produto, todo o conteúdo era lido, como aconteceu com pesquisas que mostram dados de violência LGBTIA+, ou notícias que se relacionam às políticas públicas para a população em Palmas.

Para acesso a mais dados, por meio da Lei de Acesso à informação (BRASIL, 2011), foram solicitadas informações da Prefeitura de Palmas acerca de políticas públicas e orçamentos, da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP-TO), sobre os registros de homofobia e transfobia registrados no Estado e em Palmas, de modo a verificar a políticas públicas implementadas e a violência sofrida pela população no Estado. No entanto foram poucas e imprecisas as respostas concedidas, a SSP-TO afirmou não possuir essas informações, e os diversos âmbitos da prefeitura de Palmas ofereceu respostas genéricas que demandaram a interposição de recursos, em uma das respostas dos recursos a Secretária de

Desenvolvimento Social (SEDES) admitiu não possuir políticas específicas para pessoas LGBTIA+.

Também foram solicitadas informações para quatro capitais do Norte (Rio Branco, Porto Velho, Macapá e Manaus) a respeito de suas respectivas políticas para populações LGBTIA+ e orçamentos voltados a essas ações. Devido a problemas encontrados no e-SIC⁷ de Belém e da não localização do e-SIC de Boa Vista, não foram alcançadas informações dessas cidades. Os pedidos foram feitos de modo a averiguar as políticas e orçamentos de cada capital, possibilitando a realização de uma postagem que fizesse essa comparação, de maneira a oferecer um ponto de vista mais contextualizado das políticas públicas feitas em Palmas, já que a região Norte possui semelhanças geográficas, econômicas e culturais, a exemplo do tamanho de suas capitais, consideravelmente menor que em outras regiões, assim como a baixa industrialização dos Estados.

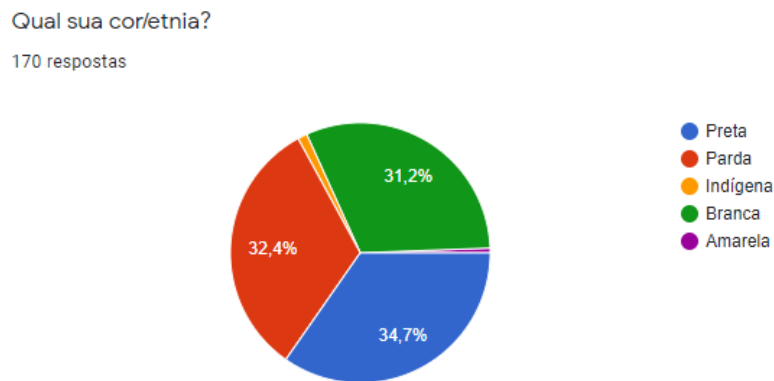
A entrevista semiaberta ou em profundidade foi efetuada graças a sua capacidade de não apenas revelar informações, mas também de revelá-las dentro de seu contexto. Foram realizadas 10 entrevistas, no período entre abril e maio de 2021: com os estudantes João Pedro, Gabriel Arthur e Wanda Almeida, assim como com a transgênero Pollyana Almeida e com a servidora pública Rafaella Mahare, pessoas LGBTIA+, que trouxeram situações de violências sofridas. Também foram entrevistadas a pesquisadora, Milena Lacerda, concernente a políticas públicas para população LGBTIA+; a psicóloga Dhieine Caminski, sobre impacto da transfobia na saúde mental; o pesquisador de políticas públicas Alexandre Oliveira, relativa a sua visão de políticas públicas; com o Superintendente da Guarda Metropolitana de Palmas, Marcelo Lima, a respeito das ações da instituição para com a população LGBTIA+; com a copeira Francisca Marques; e com o açougueiro Michel Almeida, a respeito de suas opiniões sobre políticas públicas.

A pesquisa mercadológica de metodologia qualitativa, feita em janeiro de 2021, permitiu identificar qual editoria seria trabalhada primeiro, assim como quais ferramentas do Instagram seriam mais usadas. Para realizá-la, foi produzido formulário do Google e divulgado por veiculação de arte visual (contendo informações e QR-Code do formulário) nas redes sociais Facebook e Instagram, além do WhatsApp. A pesquisa teve 170 respostas e foi composta de 12 perguntas, que visavam identificar o (a) respondente, se ele (a) usava o Instagram, de que maneira usava a rede social e se o Gueto Jornalístico lhe interessava.

⁷ O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Em relação ao perfil dos respondentes, 65,3% (111) moram em Palmas e 34,7% (59) não; 41,8% (71) são LGBTIA+ e 58,2% (99) não. A faixa etária predominante são de pessoas entre 21 e 30 anos (77 pessoas), seguida por 31-40 anos (43 pessoas), 18-20 (35 pessoas), 41-50 (nove pessoas), 51 ou mais (cinco pessoas) e 10 a 17 (uma pessoa). Em relação a raça 34,7% são pretas, 32,4% pardas, 31,3% brancas e 1,2% indígenas. Nenhuma pessoa amarela respondeu o questionário.

Figura 01 – Gráfico do perfil racial dos(as) respondentes



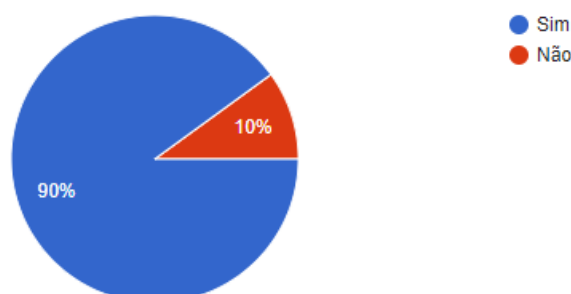
Fonte: A autora (2021).

Na pergunta “Você se interessa pelas ações da Prefeitura de Palmas (TO)?”, apenas 20,6% (35) afirmaram não se interessar, enquanto 79,4% (135) disseram que se interessavam. Na pergunta seguinte, “Você seguiria um perfil no Instagram que falasse sobre as ações da Prefeitura de Palmas voltadas para pessoas LGBTIA+ em Palmas?”, 90% (153) afirmaram que sim, e 10% (17) marcaram a opção “não”.

Figura 02 – Gráfico da quantidade de pessoas que seguiriam um perfil que falasse sobre ações da prefeitura de Palmas voltadas para pessoas LGBTIA+ em Palmas

Você seguiria um perfil no instagram que falasse sobre as ações da prefeitura de Palmas voltadas para pessoas LGBTIA+ em Palmas?

170 respostas



Fonte: A autora (2021).

Na pergunta “Que categoria de ações voltadas para pessoas LGBTIA+ você gostaria de acompanhar nesse Instagram?”, 38,2% (65) escolheram “Ações que diminuam a violência contra a população LGBTIA+ (Segurança Pública)”, 27,6% escolheram “Ações que promovam o trabalho, a assistência social, a proteção, a infância e a aposentadoria para pessoas LGBTIA+ (Seguridade Social)”, 13,5% (23) decidiram por: “Ações de promoção a Saúde de pessoas LGBTIA+”, 13% (22) clicaram em “Ações de promoção a Educação em benefício à população LGBTIA+” e 7,7% (13) escolheram “Políticas que promovam o lazer, esporte e cultura para a população LGBTIA+”.

Já em relação a seus hábitos nas redes sociais, 92% (158) têm Instagram ativo e 7,1% (12) não têm. Na pergunta “Quais tipos de perfis você mais acompanha?”, 127 (74,7%) pessoas afirmaram que acompanham perfis de amigos e conhecidos, 103 (60,6%) pessoas afirmaram que seguem perfis de informações gerais, 94 (55,3%) pessoas marcaram que acompanham perfis de entretenimento e 66 (38,8%) acompanha perfis de notícias. A pergunta permitia marcar mais de uma opção.

Na questão “Qual ferramenta você mais consome?”, a maioria, 55,3%, respondeu “Stories”, 35,9% responderam “postagens no Feed”, 3,5% responderam “Reels”, 2,4% responderam “IGTV”. Como havia a opção de digitar outras ferramentas, 1,9% das pessoas deu respostas como “Não tenho Instagram”, “pesquisar”, “Feed e Stories”, “Facebook e Tik Tok” e “Não utilizo”.

Na pergunta acerca do período de uso do Instagram, 58,2% marcaram a opção “à noite”, 22,4% “pela manhã”, 5,9% “pela madrugada”, 2,9% “pela tarde”. Também foi dada a opção de indicar um período individual. Muitos indicaram dois períodos de uso, ou que usam o dia todo, e ainda que usam “quando dá”.

Para elaboração do produto foi feita uma dinâmica de produção que compreendeu as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, definição do título, pesquisa de mercado, elaboração da identidade visual, elaboração do roteiro multimídia, realização das entrevistas, elaboração do planejamento de postagens, edição de imagens e vídeos, definição das datas de postagens e postagem. Inicialmente a intenção era elaborar cada etapa de produção após o término da anterior, mas devido a dificuldade de entrevistar membros do Executivo e Legislativo e mesmo do atraso e não resposta a pedidos de acesso à informação as etapas de entrevistas, planejamento de postagens e mesmo edição, muitas vezes, foram feitas em concomitância.

No roteiro multimídia foram definidas a quantidade de stories, vídeos no IGTV, publicações no feed, reels, lives e destaques a serem realizados, assim como seus conteúdos e as entrevistas feitas para sua produção. No entanto, esse roteiro foi alterado para se adaptar às dificuldades encontradas na produção. As postagens aconteceram no período de 10 a 17 de maio de 2021, e foram distribuídas no tempo de acordo com seu conteúdo. Postagens mais introdutórias se concentraram no primeiro dia. Houve ao menos duas publicações por dia.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

4.1 Público-alvo

Na pesquisa mercadológica foi possível observar que entre os que afirmaram ter interesse na temática abordada pelo Gueto Jornalístico (90% dos respondentes) a maioria é: jovem adulto (90,9% tem de 18 à 40 anos); mora em Palmas (63,4%); não é LGBTIA+ (55,6%); é negra (67,3%) e tem Instagram ativo (93,5%).

Nessa linha de raciocínio o público alvo do produto são pessoas interessadas em políticas públicas para população LGBTIA+ em Palmas, usuárias do Instagram, jovens adultas, de todas as sexualidades e identidades de gêneros, moradores de Palmas e majoritariamente negras.

4.2 Definição do Título

O título “Gueto Jornalístico” surgiu da tentativa de combinar o tema com a construção jornalística que envolve o produto, como também com a própria cena política palmense. A palavra “gueto”, que costuma designar espaços da cidade cujos olhos do poder público não veem e, por isso, são espaços mais atingidos pela vulnerabilidade social e criminalidade. O termo foi usado pela prefeita Cinthia Ribeiro em um áudio vazado, em que a gestora faz uma fala pejorativa em relação à população LGBTIA+. A construção de um produto jornalístico que investigue o que o poder público palmense têm feito para essa população é um posicionamento a favor dos direitos humanos, contra a discriminação, e uma ação pela garantia da democracia e dos direitos fundamentais de todas as pessoas.

4.3 Identidade visual e proposta estética

A marca do Gueto Jornalístico foi construída baseando-se em princípios do design como a legibilidade e principalmente o uso da Gestalt, teoria que ajuda a explicar como funciona a percepção visual (SILVA, 2012).

A identidade visual foi elaborada por meio do programa adobe illustrator, e foram buscados em plataformas como o Behance, Freepik e Pinterest elementos visuais e tipográficos que fizessem referência ao Instagram, à população LGBTIA+ e a concepções visuais ligadas a

ideia de Gueto. Dessa maneira foi utilizado o ícone visual da funcionalidade “salvar” presente no Instagram, como um dos elementos da marca, o que produz uma gama de significados, já que na rede social essa funcionalidade permite guardar publicações em um acervo pessoal que reúne os posts que os e as usuárias tenham julgado interessantes. Fora do contexto do Instagram, o verbo salvar quer dizer tirar alguém ou algo de situação de perigo, ou dificuldade.

Figura 03 – Ícone “salvar”



Fonte: A autora (2021).

Figura 04 - Marca do Gueto Jornalístico



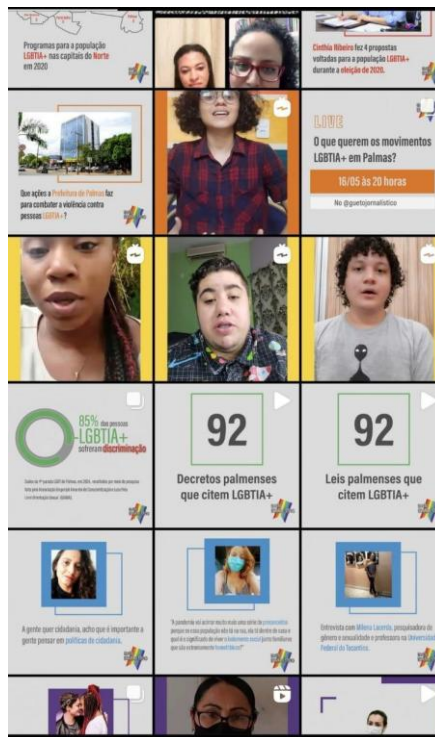
Fonte: A autora (2021).

Já as cores presentes dentro do ícone “Salvar” relacionam-se com as cores da bandeira LGBTQIA+, muito usada pelos movimentos de reivindicação por direitos dessa população. Devido à alta presença de cores, a cor cinza, uma cor neutra, foi escolhida para complementar a marca, assim como a cor branca.

Para integrar a marca às origens do Gueto Jornalístico, foi escolhida a fonte *Bombing* que corresponde a um estilo de grafite, arte de rua conhecida por estar presente no “Gueto” das cidades.

Para a construção dos *layouts* das artes visuais das postagens, o cinza se tornou a cor de fundo, enquanto as cores do arco-íris estiveram presentes nos detalhes das artes visuais e vídeo e foram distribuídas ao longo do *feed*, de maneira que cada fileira continha uma cor diferente, seguindo a ordem do arco-íris (roxo, azul, verde, amarelo, laranja e vermelho). A mesma organização foi feita nos destaques, em que cada grupo de stories continha uma cor do arco-íris em sua devida ordem. Porém, os destaques ainda não “preencheram” todas as cores. Quanto às capas dos destaques, as mesmas configurações de cores foram usadas: o arco-íris e o cinza.

Figura 05 - Feed do Gueto Jornalístico



Fonte: A autora (2021).

Figura 06 - Capas de Destaque



Fonte: A autora (2021).

4.4 Linguagem

As redes sociais são marcadas por uma linguagem simples, coloquial e personalista. Em contrapartida, a linguagem jornalística se aproxima da formalidade e preza pela impessoalidade. Para encontrar um meio termo entre os dois extremos, optou-se por uma linguagem ainda na norma culta, com a inserção de recursos típicos das redes sociais, tais como a interlocução com seguidores, feita por meio do uso de perguntas e da segunda pessoa do discurso (você), bastante utilizada para provocar identificação do leitor ou leitora com o conteúdo, promovendo maior “engajamento” com a produto.

As estruturas de texto jornalístico, como o *lead* e a pirâmide deitada, não foram utilizadas nas postagens, dado que os posts têm a limitação de 2.100 caracteres e não são factuais e sim contextualizadores. Na maioria das vezes, não foram apresentados uma história ou fato completo, mas apenas um conjunto de informações passíveis de serem compreendidas individualmente, mas que complementam um todo, sendo esse todo a temática do produto. A escolha pelo não uso dessas estruturas também é baseada na tentativa de se aproximar da linguagem das redes sociais (sem perder a identidade jornalística), que não possui uma estrutura rígida definida.

4.5 Funcionalidades do Instagram

Seguindo os resultados da pesquisa de mercado, onde 55,3% dos respondentes afirmaram utilizar majoritariamente o Storys, o Gueto Jornalístico focou sua produção nessa funcionalidade e postou 65 stories, a maioria produzida previamente, de acordo com o que foi definido no roteiro multimídia, e muitos outros feitos em divulgação das publicações do feed e ainda dos bastidores da produção jornalística.

Figura 07 - Story que mostra os bastidores da produção jornalística.



Fonte: A autora (2021).

Figura 08 - Story que divulga publicações feitas em outras funcionalidades do Instagram



Fonte: A autora (2021)

Foram definidos cinco destaques. São eles: “O que é”, “Quem constrói”, “Jogando”, “Dados” e “Bastidores”. O destaque “O que é” traz a definição do Gueto Jornalístico, assim como outras questões presentes no produto, como o que é LGBTQIA+ e o que é violência. No caso do destaque “Quem constrói” é apresentada a idealizadora do projeto e indicada a abertura de mais participantes na construção do Gueto Jornalístico. Em “Jogando” há presença dos stories em que foi utilizado o recurso enquete e teste, quando havia o objetivo de proporcionar mais interação com o “público”. Em “Dados”, há stories mostrando dados e contextualização de números e informações relativos à população LGBTQIA+. Como a primeira editoria trabalhada foi segurança pública, focou-se em dados de violência contra pessoas de gêneros e orientações sexuais dissidentes.

O Gueto Jornalístico fez 11 postagens no *feed*. Essa funcionalidade permite publicar fotos individuais, álbuns de até dez fotos e vídeos de até um minuto. As três modalidades foram usadas pelo Gueto Jornalístico. Foram postados três vídeos de até um minuto, quatro álbuns e cinco postagens simples, com apenas uma foto. As possibilidades de interação com o público oferecidas pelas postagens no *feed* se dão pelos recursos curtir, comentar, salvar e compartilhar. Todas as fotos usadas no projeto vieram dos bancos de imagem Freepik, Tem

que ter, Nappy, e de fotos publicadas por assessorias de comunicação da Prefeitura e da Câmara de Palmas.

Presente no Instagram desde junho de 2020, o *reels* permite postagem de vídeos de até 30 segundos. Escolhida por apenas 3,5% dos respondentes da pesquisa de mercado, o Gueto Jornalístico postou apenas um vídeo nesta funcionalidade. Salienta-se a dificuldade de produzir conteúdo jornalístico dentro de uma duração de vídeo curta e que se destaca na rede social por apresentar vídeos dinâmicos e engraçados.

Mesmo tendo sido escolhida por apenas 2,4% dos respondentes da pesquisa de mercado, o Gueto Jornalístico possui em sua grade quatro vídeos na funcionalidade IGTV. A proposta inicial era que houvesse apenas três vídeos com entrevistas de membros do poder público do Legislativo e Executivo e da Secretária da pasta de Segurança Pública e Mobilidade Urbana de Palmas, no entanto, diante da não realização dessas entrevistas, as entrevistas feitas com Pollyana Almeida, João Pedro, Gabriel Arthur e Marcelo Lima (superintendente da Guarda Municipal), que estariam nos stories, passaram a estar no IGTV.

Com a viabilidade de uma transmissão ao vivo, a live permite maior interação com o público, dando a oportunidade de que sejam elencadas perguntas para os participantes. Devido a sua disponibilidade para ceder maior tempo, duas representantes de movimentos LGBTIA+ foram escolhidas para ocupar a única live feita no produto. Antes da execução da live, foi feito um roteiro de apresentação e perguntas, compartilhado com as participantes, de modo a organizar a transmissão.

4.6 Entrevistas

Os entrevistados foram escolhidos de maneira a atingir os objetivos específicos do produto. Dessa forma, foram escolhidas pessoas que passam por violência LGBTfóbica e pessoas que pesquisam, trabalham e reivindicam direitos para essa população. Mas também houve entrevistas contextualizadoras do tema, que objetivaram explicar um assunto importante no produto, como é o caso das políticas públicas.

A maioria das entrevistas efetuadas foram feitas à distância. As perguntas aconteceram por aplicativo de mensagens e as respostas eram enviadas por mensagem de texto e áudio. No caso dos depoimentos de violência, os vídeos foram enviados conforme as ferramentas disponíveis para cada fonte, sendo usados o aplicativo de mensagens Telegram, a plataforma de transferência We Transfer e o próprio WhatsApp, usado em caso de impossibilidade de uso de outras plataformas que preservem a qualidade de vídeo e áudio. Os vídeos enviados tinham

diferentes qualidades, assim como as perguntas foram respondidas de modos diferentes. No caso dos entrevistados, João Pedro e Pollyana, os dois responderam às perguntas de memória, o que acabou gerando falta de respostas para algumas perguntas, enquanto Gabriel Arthur optou por pedir ajuda de outra pessoa que leu as perguntas enquanto ele respondia. Inicialmente, a perspectiva era deixar os depoimentos sem a presença da entrevistadora ou de interrupções, mas quando o corte das perguntas era feito no vídeo de Gabriel Arthur, o conteúdo perdia parte de seu sentido. Dessa maneira, optou-se pela introdução de textos animados em todos os vídeos, de modo a manter um padrão estético e preservar o conteúdo.

As entrevistas de Milena Lacerda e Marcelo Lima foram realizadas por meio de videochamada no Google Meet. Optou-se por veicular a entrevista da pesquisadora em publicações do feed, uma vez que esta foi a primeira entrevista realizada e ainda não havia sido encontrado aplicativo de gravação de chamadas satisfatório. A entrevista com o Superintendente da Guarda Metropolitana foi escolhida para estar no IGTV, pois o servidor é a única representação do Poder Público a qual se teve acesso. Inicialmente, sua entrevista seria veiculada nos Stories por meio de textos e fotos. A gravação da chamada foi feita pelo programa gratuito “oCam”. Alguns problemas foram encontrados durante a gravação, como a impossibilidade de deixar as imagens da entrevistadora e do entrevistado do mesmo tamanho, já que o entrevistado entrou por celular e a entrevistada usava um computador. Acrescenta-se que a imagem da entrevistadora transmitida no Meet teve um tamanho reduzido, reduzindo também sua qualidade. Dessa forma, a solução encontrada para a edição foi a posterior re-gravação da imagem da entrevistadora, que repetiu as perguntas feitas no vídeo, em um enquadramento em formato vertical.

As entrevistas feitas com Michel Almeida e Francisca Marques foram as únicas realizadas de modo presencial (respeitando o distanciamento mínimo e usando máscara e álcool em gel). Feitas no estilo televisivo “povo fala”, os entrevistados foram abordados na Estação Apinajé.

Planejou-se entrevistar um membro do executivo, do legislativo, e a responsável pela Secretaria de Segurança Pública de Palmas. Contudo diversos vereadores e vereadoras foram contactados (assim como suas assessorias de imprensa) e a maioria nem sequer respondeu às solicitações, e aqueles e aquelas que responderam afirmaram falta de tempo, ou mesmo incapacidade para participar de chamadas de vídeo e impossibilidade de realizar entrevistas presencialmente devido à pandemia.

Já a representação da Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana foi solicitada ainda em março. A entrevista foi marcada e o então responsável, Coronel Benício,

não compareceu à chamada de vídeo. A assessoria, dias depois, alegou falha na conexão. Logo depois, houve troca na gestão, e após diversas tentativas de remarcar uma entrevista, sem sequer recebermos resposta, o assessor de comunicação informou que, em conversa com a nova secretária, ela havia afirmado que não iria conceder a entrevista sobre o tema e proibiu que qualquer funcionário a representasse. A dificuldade encontrada provocou atraso no cronograma de produção e a entrevista com uma representação do executivo nem sequer foi solicitada. No lugar da entrevista, as perguntas foram encaminhadas à assessoria de comunicação da Prefeitura, que não as respondeu alegando que só responde solicitações da imprensa e, como o Gueto Jornalístico é um projeto experimental, não lhe cabia fornecer as informações. Desse modo, as perguntas foram feitas no e-Sic e, a maioria, passados os 20 dias estabelecidos pela LAI, foi prorrogada, o que impossibilitou a divulgação das respostas no produto jornalístico.

Todas as edições de vídeo foram feitas por meio dos programas Adobe Premiere e Adobe After Effects (no caso de vídeos animados).

4.7 Acessibilidade

Essencial para promover acesso às informações, os recursos de acessibilidade executados pelo Gueto Jornalístico consistem no cumprimento do critério de sucesso 1.1.1, que define que “todo o conteúdo não textual que é exibido ao usuário tem uma alternativa textual que serve a um propósito equivalente” (online). Esse critério de sucesso faz parte das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), desenvolvidos pelo consórcio W3C - World Wide Web. Os critérios de sucesso são ações para cumprir os objetivos de acessibilidade. Convém notar que o critério de sucesso 1.1.1 faz parte do nível de conformidade A (o mais baixo) e que, dada a impossibilidade de contratação de profissionais para realização de tradução de libras, audiodescrição e mesmo legenda dos vídeos, nenhum nível de conformidade foi atingido nesse projeto, o que não diminui a relevância de citar os meios de acessibilidade e suas normativas, já que em nenhum momento da graduação de jornalismo são explicados esses meios e como usá-los.

Para atendimento do critério 1.1.1, foi usado o recurso “texto alternativo” do Instagram. Nele, é possível digitar as descrições das imagens dos posts de *feed* que são fotos, e assim os leitores de tela usados para cegos e pessoas com baixa visão leiam as descrições para seus usuários, tornando as imagens acessíveis. Desse modo, todas as descrições de imagens estáticas do Gueto Jornalístico estão presentes nesse recurso. No caso de vídeos,

onde o recurso não é disponibilizado pelo Instagram, a descrição foi alocada na legenda após a hashtag “PraCegoVer”.

4.8 Mercado, veiculação e viabilidade

Veiculado em uma rede social aberta, o Gueto Jornalístico tem a possibilidade de atingir todos os usuários a quem o Facebook (proprietário do Instagram) entregar as postagens. Dada a forma com que os algoritmos funcionam, essa entrega é condicionada por diversos fatores, tais como número de seguidores, horário de postagens, quantidade de texto nas imagens e legendas das postagens, entre outros. Foram usadas algumas estratégias para maior alcance das postagens, como o uso de *hashtags*, localização, e compartilhamento do link das publicações em outras redes sociais (Facebook e WhatsApp). O impulsionamento de publicações teria aumentado o alcance e engajamento do conteúdo, no entanto, na falta de recursos financeiros, ele não foi realizado.

Como o produto não tem data de término, prevê-se sua maior promoção na medida em que as postagens continuarem sendo feitas periodicamente. Concorrer a editais de financiamento de jornalismo independente e/ou engajado nos Direitos Humanos também pode ajudar na projeção do Gueto Jornalístico, dado que permitiria maior volume de produção, realização de impulsionamentos de publicações, assim como contratação de profissionais especializados em marketing digital, de modo a manter o projeto vivo e crescendo.

Outra alternativa é a inscrição do projeto em plataformas de financiamento coletivo, como o Catarse, Kickante, Benfeitoria e a iniciativa “Journalism Project” do Instagram que além de investir em organizações, também promove formação em ferramentas de mídias sociais e estabelece parcerias para combater a desinformação.

4.9 Custos da prática jornalística

Os custos da prática jornalística referem-se aos equipamentos, programas e internet contratada e aos recursos humanos empregados. Note-se que a autora já dispunha dos equipamentos e programas por meio de aquisição prévia à execução do produto, assim como sua internet é inclusa no valor de do aluguel de sua residência. Deste modo, os custos restringiram-se à contratação de um assistente de designer, que produziu nove postagens a partir de *layouts* prontos (a concepção visual foi elaborada pela autora) e da revisora de texto.

Tabela 01: recursos materiais

Recursos materiais	Quantidades ou meses de assinatura	Valor
Smartphone Samsung A51	1	1.475 ⁸
Notebook Acer Nitro 5	1	5.179 ⁹
Programas Illustrator, Photoshop, Premiere Pro, Indesign e After Effects.	2	172,00 ¹⁰
Internte	5	199,98 ¹¹

Fonte: Elaborada pela própria autora (2021)

⁸ Valor orçado na Loja virtual Americanas. Disponível em: <https://www.americanas.com.br/produto/1902743823?opn=YSMESP&sellerid=45543915000181&epar=bp_pl_00_go_inf_notebooks_todas_geral_gmv&WT.srch=1&acc=e789ea56094489dff798f86ff51c7a9&i=5d7a461649f937f625aadbab&o=5f2dad9f8e95eac3d61e183&gclid=CjwKCAjwqIiFBhAHEiwANg9sZml5r7Vz4TyyoRMVehq3DyvD-hGJy6QYozBIRfGBkKuAWAQUFrYgBRoCvpUQAvD_BwE>.

⁹ Valor orçado na loja virtual CIA. Disponível em: <<https://www.cea.com.br/smartphone-samsung-a515f-galaxy-a51-128gb-preto-9937054->

preto/?utm_source=google&utm_medium=cpc&gclid=CjwKCAjwqIiFBhAHEiwANg9szoGY6asq-EDurYFMzQThF2zU6F8RtRwCoPNLp1tFGn0XyL-9PQ3JzBoC9M0QAvD_BwE>.

¹⁰ Valor orçado no site da Creative Cloud Adobe <<https://www.adobe.com/br/creativecloud/buy/students.html?promoid=QYL4P3CN&mv=other>>.

¹¹ Valor orçado no Site Claro Disponível em: <https://www.net.com.br/produtosnet/ofertanet_701_41/?gclid=Cj0KCCQjw2NyFBhDoARIsAMtHtZ4sHkcvJS3ComK-e8GhB-o9GfdrhfEDu40KMWA rFFPnrcIz1KgKkZ8aAi4DEALw_wcB&gclid=aw.ds>.

Tabela 02: recursos humanos

Recursos Humanos	Quantidades	Média Salarial	Valor pago
Designer	1	1.179,62¹²	150,00
Revisor de texto (revisão linguística)	1	1.511,52¹³	90,00

Fonte: Elaborada pela própria autora (2021)

Tabela 3: custos totais

Descrição	Valor
Designer	150,00
Revisor de texto (revisão linguística)	90,00
TOTAL	240,00

Fonte: Elaborada pela própria autora (2021)

¹² Valor orçado no site Vagas. Disponível em: < <https://www.catho.com.br/profissoes/assistente-de-design/>>.

¹³ Valor orçado no site Vagas. Disponível em: < <https://www.catho.com.br/profissoes/revisor-de-texto/>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da produção, foi possível perceber as inúmeras dificuldades no acesso à informação e na produção jornalística feita à distância, mas também identificar as potencialidades do uso do Instagram e as possibilidades de melhoria e aprofundamento do conteúdo mesmo numa rede social pautada pela brevidade e instantaneidade.

O objetivo geral de produzir um perfil no Instagram sobre políticas públicas foi cumprido. Os objetivos específicos de mostrar a realidade de violência sofrida pela população LGBTIA+ foi cumprido com a exposição de relatos de pessoas LGBTIA+ e a inserção do movimento social. Já a exposição dos atores sociais envolvidos na construção das políticas públicas também foi efetuada, mesmo com a ausência de entrevistas com os poderes Legislativo e Executivo, dado que as ausências foram citadas nos produtos, e as ações e promessas desses poderes foram expostas em postagens produzidas a partir da pesquisa documental.

Na medida em que o produto não terá fim determinado, almeja-se adentrar ainda mais na editoria de segurança pública, trazendo mais vozes e mais diversidade de idade, gênero, orientação sexual, religião e etnia as pessoas que relatam situações de LGBTfobia. Outro ponto a ser explorado é a atuação do Poder Judiciário na fiscalização das leis e resoluções voltadas para a população LGBTIA+, assim como o desenvolvimento das outras editorias (Saúde, Educação, Seguridade Social, Cultura, Lazer e Esporte) que, como as entrevistas demonstram, estão intimamente ligadas ao combate à violência e, portanto, à editoria de Segurança Pública.

O Gueto Jornalístico foi construído em meio a dificuldades financeiras, de saúde física e mental da autora e, ainda assim, se constituiu como uma conquista acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Yago Modesto. **Jornalismo em mídias sociais de imagens instantâneas**: as narrativas jornalísticas em formato de stories no Snapchat e Instagram. 2018. 167f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2018.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em 20 de set. de 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 13, n.3, p. 704-719, Sept./Dec. 2005.
- ARAGÃO, Rodrigues Martins. **Usos Jornalísticos do Instagram**: Aproximações a partir do JC Imagem. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Recife (PE), 2012. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0922-1.pdf>. Acesso em: 23 de novembro 2020.
- AVELAR, R. B.; MAROJA, D.; MELLO, L. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, Maio/Agosto, 2012.
- BERTOCCHI, Daniela. **A narrativa jornalística no ciberespaço**: transformações, conceitos e questões. 2006. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Comunicação, Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011**. Regulariza o acesso à informação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 23 de novembro 2020.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução Beatriz Sidou. Brasília. Universidade de Brasília. 2001. 230 p.
- FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04_codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 22 de set. de 2019.

FOCOULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13º ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. 149 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GONÇALVES, L. A. **Políticas Públicas e Direitos Sociais**. In: XVI Congresso Nacional do Conpedi - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte - MG. Anais... Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007.

GONÇALVES, Leonardo Augusto. **O Ministério Público Na Tutela Dos Direitos Sociais: Atuação No Âmbito Das Políticas Públicas**. Argumenta Journal Law, Jacarezinho - PR, n. 11, p. 183-216, fev. 2013. ISSN 2317-3882. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/151/151>. Acesso em: 03 de janeiro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. 175p.

HOOTSUITE. **The Global State of Digital 2021**. Disponível em: <https://www.hootsuite.com/pt/recursos/digital-trends>. Acesso em 05 de março de 2021.

LIMA JR, Davino Pereira. **Hashtags à mesa: redes sociais sobre vegetarianismo no Instagram**. 2020. 119f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephane Borges. 1º ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019. 237p.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves. **O discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação do Tocantins**. 2017. 271 f. Dissertação (Educação)- Curso de pós graduação (mestrado) em Educação, UFT, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2017.

MMFDH. **Disque 100 registra quase três mil violações contra a população LGBT**. Publicado em 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/disque-100-registra-quase-tres-mil-violacoes-contr-a-populacao-lgbt>.

REIDEL, Marina. **Reflexões sobre as políticas públicas brasileiras LGBT**. Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 1, n. 01, p. 93-105, jan. 2018.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Revista Bagoas, n. 05, p. 17-44, 2010.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.** Cadernos Pagu, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SARAVIA, Enrique. **Política Pública: dos clássicos às modernas abordagens.** in: FERRAREZI, Elisabete; SARAVIA, Enrique (Org). Políticas Públicas: Coletânea. 2v Brasília, ENAP. Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2006. p. 13-66.

SAUNDERS, Tanya. **Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária.** Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017.

SILVA, Augusto César. **Paradas GLBT na mídia impressa de Palmas (TO).** 2008. 97 f. Monografia Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, UFT, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2008.

Silva, João Carlos Riccó Plácido. **Diretrizes para análise e desenvolvimento de identidade visual – contribuições para o design ergonômico / João Carlos Riccó Plácido da Silva,** 2012. 136 f. il.

SOUSA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, v. 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

WEB Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0. **Recomendação W3C de 11 Dezembro de 2008.** Disponível em: [https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/#:~:text=As%20Diretrizes%20de%20Acessibilidade%20para%20Conte%C3%BAdo%20Web%20\(WCAG\)%202.0%20define%20m,language%2C%20de%20aprendizagem%20e%20neuro%C3%B3gica](https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/#:~:text=As%20Diretrizes%20de%20Acessibilidade%20para%20Conte%C3%BAdo%20Web%20(WCAG)%202.0%20define%20m,language%2C%20de%20aprendizagem%20e%20neuro%C3%B3gica).

WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher.** Janeiro de 2019. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/e18515>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Presença, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO MULTIMÍDIA

Nome: Gueto Jornalístico

Stories:

Tema: o que é Gueto Jornalístico, explicação da proposta do Instagram. Mídia: Artes visuais e vídeos;

Tema: Conhecer/se aproximar de seguidores. Mídia: News Game por meio de recurso enquete interativa;

Tema: O que é LGBTIA+. Mídia: artes visuais;

Tema: Explicação sobre o que é violência e tipos de violência. Mídia: artes visuais;

Tema: Dados de violência contra pessoas trans. Intercalando dados e falas de mulheres trans sobre violência sofridas e fala de psicóloga sobre influência da transfobia no sofrimento psíquico e suicídio de pessoas trans. Mídia: Artes visuais e gráficos;

Tema: Jogo do verdadeiro ou falso - Tal fala/ação de parlamentares é verdadeira ou falsa. Mídia: News Game por meio de recurso enquete;

Tema: Dados levantados pelo GIAMA em parada LGBTI+ de 2007 que mostram discriminação sofrida por pessoas LGBTIA+. Mídia: Infográfico;

Tema: Bastidores da produção jornalística para o Instagram com: relatos da produção, das dificuldades e alegrias encontradas, mostrando lugares de gravação, entrevista, edição, etc. Mídia: fotos e vídeos curtos;

Tema: Divulgação e adaptação (de alguns conteúdos do Feed) de conteúdos feitos em outros formatos dentro do Instagram;

Postagens no Feed:

Mídia: “vídeo” com áudio de Chintia Ribeiro e sua foto e no fim animação com logo do Instagram Gueto Jornalístico. Legenda: Relembrar contexto histórico de revelação do áudio e explicar proposta do Instagram e as razões de sua criação;

Mídia: Sete artes gráficas explicando cada Letra da sigla LGBTIA+. Legenda: Explicar surgimentos das denominações, da sigla e de outras denominações não ocidentais também ligadas a experiências de gênero e orientação sexual dissidentes;

Mídia: Infográfico - Dados levantados pelo GIAMA em parada LGBTI+ de 2007 que mostram discriminação sofrida por pessoas LGBTIA+. Legenda: #tbt - Explicação sobre ausência de dados atuais e mudanças nas garantias de direitos;

Mídia: Artes visuais com fotografia e frases da entrevistada (pesquisadora LGBTIA+). Legenda: Transcrição de partes da entrevista;

Mídia: artes visuais ou vídeos (sem som) de prefeita Cinthia com descrição de propostas para pessoas LGBTIA+ feitas em seu plano. Legenda: Propostas feitas e respostas dadas ao Gueto sobre encaminhamento;

Mídia: animação no feed mostrando quantidade de leis. Legenda: explicação das leis existentes e forma de busca;

Mídia: Vídeos - Quantos decretos que citem LGBTIA+ tem em Palmas. Legenda: explicação dos decretos.

Mídia: Artes visuais – Dados das políticas públicas em Palmas e em outra(s) capital(is) do Norte. Legenda: Aprofundamento das artes e descrição de solicitação de informação.

Reels:

Mídia: Vídeo no formato povo fala (várias entrevistas curtas com pessoas na rua) com diferentes concepções, ou dúvidas sobre o que é Política Pública.

Legenda: Narrativa sobre como as políticas públicas estão presentes no dia-a-dia e na história de vida das pessoas, seguida ou combinada de explicações sobre o que são políticas públicas, como elas são criadas e os fatores políticos envolvidos.

IGTV:

Mídia: (IGTV) Entrevista com Superintendente da Guarda Metropolitana. Legenda: Narrativa sobre Pontos mais importantes da entrevista;

Mídia: Vídeo com fragmentos de relatos de violência LGBTfóbica. Legenda: Informar dados de violência LGBTIA+;

Mídia: Vídeo com fragmentos de relatos de violência LGBTfóbica. Legenda: Informar dados de violência LGBTIA+;

Mídia: Vídeo com fragmentos de relatos de violência LGBTfóbica. Legenda: Informar dados de violência LGBTIA+.

Live:

Mídia: Live com membros do movimento LGBTIA+ palmense falando sobre reivindicações de políticas públicas. Legenda: Apresentação da live e dos convidados.

Entrevistas:

Pesquisador LGBTI+:

Milena Lacerda: milenalacerdaseso@gmail.com.

Como você começou a pesquisar sobre população LGBTIA+?

Porque pessoas LGBTIA+ precisam de políticas específicas?

Como pesquisadora como você vê a situação de pessoas LGBTIA+ em relação às políticas públicas no Tocantins e em Palmas?

O Brasil é o país mais violento em relação à pessoas LGBTIA+, mas o Tocantins tem poucos registros de violência LGBTfóbica há que você atribui esse fato?

Como você acha que a violência contra pessoas LGBTIA+ deveria ser combatida pelo Estado do Tocantins e por Palmas?

Você fez uma pesquisa sobre o movimento LGBTIA+ tocantinense, na sua pesquisa você conseguiu perceber quais eram as reivindicações mais frequentes dentro do movimento?

Alguma delas tinha a ver com segurança pública?

Como você vê a relação do poder público com a população LGBTIA+? Há diálogo com o movimento LGBTIA+?

Membros do Movimento LGBTI+:

Byanca Marchiori (presidente da ATRATO), Liz Marina (integrante do Brejo), Karol Chaves (integrante da Candaces).

Quais são as reivindicações dos movimentos que você faz parte?

Existe diálogo com o poder público?

Como você vê a violência contra a população LGBTIA+ em Palmas?

Pessoas que sofreram violência:

João Pedro, Pollyana, Gabriel Arthur.

Pode me contar o seu nome, idade, ocupação, orientação sexual e identidade de gênero?

Você nasceu em Palmas? A quanto tempo você mora aqui?

Pode contar como aconteceu a violência que você sofreu?

Em que ano ela aconteceu?

Você denunciou a violência?

Como sua denúncia foi recebida? Como você foi tratada?

Você procurou acolhimento médico ou psicológico nos serviços públicos?

Gestores Públicos:

Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana: sesmu@palmas.to.gov.br - 3212-7570

Membro do Executivo: jornalismo.secom@palmas.to.gov.br

Vereadores:

Felipe Martins: gabinetefilipemartins@gmail.com

Pode contar um pouco sobre sua trajetória e suas motivações para entrar e permanecer na política?

Quais das suas ações como vereador te orgulham mais? Como você acha que elas contribuíram para a sociedade?

Para o senhor houve alguma ação na qual errou e poderia ter feito diferente? Poderia contar um pouco sobre?

O senhor foi o criador da lei 2583 que proíbe banheiros unisex em escolas e repartições públicas, porque acha que essa lei é necessária? Que argumentos usou para que ela fosse aprovada?

O texto dessa da lei 2.583 foi denunciado por movimentos tocantinenses e pela Ordem dos Advogados do Tocantins como transfóbico já que pode impedir o uso de banheiros públicos por pessoas transexuais, o senhor acha que essa lei impede pessoas trans de usarem esses banheiros?

APÊNDICE B – PLANEJAMENTO DE POSTAGENS

1. Publicação - Data 10/05/2021 - 12:00 - Stories 1 - Destaques “O que é?” 1- Detalhes Roxos

Story 1

Arte Visual: Logo Gueto Jornalístico e fotografia da Prefeitura de Palmas.

Lettering: Gueto Jornalístico é um projeto para investigar as políticas públicas para pessoas LGBTIA+ em Palmas.

Story 2

Vídeo: Imagem da prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB), e áudio.

Lettering: A ideia surgiu após a identificação de muitos discursos LGBTfóbicos vindos de pessoas que são responsáveis pela elaboração e execução de políticas públicas para pessoas LGBTIA+.

Story 3

Arte Visual: Ícones em referência a cada editoria.

Lettering: A intenção é ir além das palavras e descobrir quais são as ações do Poder Público Municipal na saúde, educação, segurança pública, assistência social, esporte e lazer voltadas para a população LGBTIA+.

Story 4

Vídeo: Pessoa mexendo no celular.

Lettering: Falaremos das áreas de atuação governamental uma por vez, a primeira a ser abordada é a segurança pública.

A área foi escolhida pela maioria das pessoas que responderam um formulário distribuído online. Essa é outra característica do Gueto Jornalístico, por aqui sua voz será ouvida.

Story 4

Arte Visual: Fotografias de pessoas entrevistadas, ou vídeos sem som.

Lettering: Para fora dos muros governamentais vamos também expor como o preconceito atinge a vida de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, intersexos e assexuais em Palmas, Capital do Tocantins.

2. Publicação - Data 10/05/2021 - 12:00 - Feed 1- Detalhes roxos

Mídia: Vídeo

Texto alternativo: Vídeo com recorte de foto de Cinthia Ribeiro, mulher branca usando máscara cirúrgica, blusa cinza, gesticulando com as mãos, enquanto está sentada em frente a um microfone radiofônico.

Legenda: Lembra dessa fala? O áudio da prefeita Cinthia Ribeiro, do PSDB, vazou no meio do carnaval de 2020. Naquela época, o @Mujica Bar era visto como um lugar frequentado por muitas pessoas LGBTIA+, e seus eventos sofriam com interdições, oficialmente justificadas pela falta de alvarás.

A voz da líder do Executivo Municipal, expondo um discurso, visivelmente preconceituoso em relação a pessoas LGBTIA+, foi criticada, ridicularizada e até virou hit de Carnaval. Mas o que tem por trás dessas palavras? Quem as repete? Quem além dos foliões em fervorosa as repudia? Quais outras palavras voltadas pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e assexuais são ditas no Poder Municipal? E como essas palavras se materializam em ações políticas e públicas? Como isso atinge a vida de pessoas LGBTIA+?

Muitas perguntas demandam muitas respostas. Gueto Jornalístico é um projeto feito para estar no Instagram e tentar responder a essas perguntas. A principal delas é: quais são as políticas públicas para pessoas LGBTIA+ em Palmas? De início falaremos sobre políticas públicas de segurança pública, aquelas focadas em combater a violência. Esse tema foi escolhido por 34,7% das 170 pessoas que responderam um formulário distribuído online. Esta é outra característica desse projeto, você pode dar sua opinião, sugestões e até compartilhar sua história por aqui, e a ideia é continuar evoluindo e proporcionando maior interatividade, dinâmica e acessibilidade.

Por último, mas não menos importante, a fundadora desse ig é uma jovem chamada Karina Custódio, jornalista, engajada nos Direitos Humanos e também uma mulher lésbica.

#GuetoJornalístico #Palmas #LGBTIA+ #PolíticaPúblicas #Jornalismo

3. Publicação - Data 10/05/2021 - 18:00 - Storys 2 - Destaque Jogando 1 - Detalhes Roxos

Story 1

Arte Visual: Recorte de fotografia de pessoas apertando as mãos.

Recurso enquete: “Vamos nos conhecer melhor?” Bora!/Não tô afim.

Story 2

Arte Visual: Fundo padrão.

Lettering: “Quais são as coisas que você mais gosta de fazer?”

Recurso teste:

A - Assistir séries/filmes

B - Sair para festas e bar

C - Ler

D - Usar redes sociais

Lettering: Não tem resposta certa!

Story 3

Arte Visual: Fundo padrão.

Lettering: “Você acha que as redes sociais podem se tornar um meio de acessar informações?”

Recurso teste:

A - Sim!

B - Não!

C - Já são!

Lettering: Não tem resposta certa!

Story 4

Arte Visual: Fundo padrão.

Lettering: Como você gostaria de receber informações nas redes sociais?

Recurso teste:

A - Mostrando ações do Poder Público

B - Mostrando denúncias de pessoas e grupos

C - Aprendendo coisas novas

Lettering: Não tem resposta certa!

Story 5

Arte Visual: Fundo padrão.

Lettering: “Você acha que conteúdos informativos são melhores quando?”

Recurso teste:

A - Tem interação e participação do grupo

B - São feitos apenas para serem vistos

Lettering: Não tem resposta certa!

Story 6

Arte Visual: Fundo padrão.

Lettering: “Você participaria do Gueto Jornalístico com exposição de suas opiniões e experiências?”

Recurso enquete:

A - Sim

B - Não

4. Publicação - Data 10/05/2021 - 18:00 - Feed 2 - Heels - Detalhes Roxos

Mídia: Vídeos no formato “povo fala”, com dois entrevistados.

Texto Alternativo: Vídeo que inicialmente mostra o busto de uma mulher de meia-idade, pele branca, cabelos pretos. Ela usa uma blusa azul e uma máscara preta que cobre o nariz e a boca. Posteriormente, o vídeo corta e mostra, agora, o busto de um homem jovem, branco, de cabelos pretos, vestido com uma camisa com listras cinzas e azuis, e uma máscara preta que cobre o nariz e a boca. A máscara tem a palavra “fé” escrita.

Legenda: O açougueiro Michael Almeida foi direto ao ponto e trouxe um exemplo diário do que é política pública. Para quem, como a copeira Francisca Marques, ainda está em dúvida, o pesquisador e militante na área, Alexander Alves, detalha o que é o tema principal do Gueto Jornalístico. “Políticas públicas são as demandas da sociedade, de um determinado segmento da sociedade, que pressionam o governo para a criação permanente de atender e suprir alguma necessidade”.

Alexander explica que existe uma diferença entre um programa de governo e uma política pública, afirmando que as políticas públicas: “tem todo um protocolo de construção estabelecido por lei, tem participação e controle da sociedade, divididas por segmento, tem o conselho de controle de políticas públicas...”. Usando o exemplo trazido por Michael, as políticas públicas de Transporte Público em Palmas têm sua participação e “controle social”

garantidas no Conselho Municipal de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transportes (CMAMTT). Outra característica da política pública que a difere de um programa governamental é a sua permanência, estabelecida por lei, a política pública só pode ser mudada por outra lei, ou decreto.

Um outro questionamento importante é: quem constrói as políticas públicas? E Alexander elucida “é a Sociedade, mas quem faz funcionar, operacionalizar é o Estado”, o “Estado” é o poder público, a prefeitura, a Câmara de Palmas, mas também as secretarias da prefeitura. Alexander elucida que o Poder Judiciário também é um importante ator na determinação de políticas públicas. O Ministério Público do Tocantins, por exemplo, ao identificar alguma falha na prestação dos direitos básicos, como saúde, segurança e outros que são garantidos na Constituição Federal, pode entrar com processos judiciais exigindo que eles sejam garantidos. E como Michael Almeida exemplificou, as políticas públicas estão presentes no nosso dia-a-dia, seja no Transporte, na Saúde, ou no acesso à Escola. Mas, e você, o que acha que sejam políticas públicas? Concorda com o Michael e o Alexander? Deixe o seu comentário. Vamos conversar sobre o assunto!

5. Publicação - Data 10/05/2021 - 21:00 - Feed 3 - Detalhes roxos

Arte visual 1: Recorte de fotografia de mulheres em momento de afeto e bandeiras lésbicas.

Lettering: Lésbicas

Mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recorte de fotografia de duas mulheres em momento de afeto e a frase “Lésbicas” e a abaixo “Mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres”. A fotografia mostra duas mulheres jovens sorrindo, encostando os rostos, uma delas tem o cabelo curto e preto, a pele clara e usa um alargador na orelha, assim como uma bandana preta na cabeça, uma blusa cinza e uma jaqueta preta. Já a outra mulher tem a pele marrom, usa tranças estilo box braid vermelhas e pretas, e uma camisa branca. As duas mulheres estão enroladas na bandeira LGBTIA+, que é parcialmente mostrada no recorte fotográfico.

Arte visual 2: Recorte de fotografia de homens em momento de afeto.

Lettering:

Gays

Homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recorte de fotografia de dois homens em momento de afeto e a palavra “Gays”, abaixo a frase “Homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens”. O recorte de fotografia mostra dois homens jovens, de pele branca, cabelo preto, usando camisas azuis. O homem da direita tem um brinco de argola pequeno na orelha e beija a bochecha do homem da esquerda. O homem da esquerda sorri com os olhos fechados enquanto é beijado, as bochechas de ambos os homens está pintada com as cores da bandeira LGBTIA+.

Arte visual 3: Recorte de fotografia de Lucas Penteadado.

Lettering:

Bissexuais

Pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com homens, mulheres e pessoas trans não binárias.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recorte de fotografia de Lucas Penteadado, a arte tem a palavra “Bissexuais”, e abaixo a frase “Pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com homens, mulheres e pessoas trans não binárias”. O recorte de fotografia mostra o ator e ex-BBB, Lucas Penteadado, um homem negro, de cabelo preto, crespo e curto; que na foto está sorridente usando uma corrente e uma pulseira prateadas; e uma camisa quadriculada nas cores roxo e azul.

Arte Visual 4: recortes de fotografias de Liniker, João W. Neri e Duda Salabert.

Lettering: Trans e Travestis.

Pessoas que não se identificam com o gênero que a sociedade lhes impõe, que são não apenas homens e mulheres trans, mas também pessoas trans não binárias, a-gêneros e muitos outros.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recortes de fotografias da cantora Liniker, o escritor João W. Neri e a vereadora de Belo Horizonte, Duda Salabert. Abaixo há as palavras “Trans e Travestis”, logo depois a frase “Pessoas que não se identificam com o gênero que a sociedade lhes impõe, que são não apenas homens e mulheres trans, mas também pessoas trans não binárias, a-gêneros e muitos outros”.

O recorte de fotografia da Liniker, mostra a cantora sorridente com a mão no peito e os olhos fechados; ela usa maquiagem com sombra azul nas pálpebras, e batom rosa nos lábios, além de usar colares no pescoço e um vestido vermelho. Liniker tem uma pele escura, é magra e tem o cabelo dreadado.

A imagem de João W. Nery, mostra um homem de meia idade, de barba, óculos, camisa social marrom, calça branca, um relógio de alça preta no pulso direito, e uma bolsa preta de alça transversal.

O recorte de fotografia de Duda Salabarte, mostra a vereadora usando uma camisa pink e blazer rosa claro, ela está com os cabelos soltos até o ombro e sorri levemente de boca fechada.

Imagem 5: Recorte de fotografia de pessoa intersexo.

Lettering: Intersexuais

Pessoas que nascem com características corporais que não se encaixam no que a sociedade impõe como corpo feminino e masculino.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recorte de fotografia da vereadora do Rio de Janeiro, Carol Iara, e a palavra “Intersexuais”, abaixo a frase: “Pessoas que nascem com características corporais que não se encaixam no que a sociedade impõe como corpo feminino e masculino”. Carol Iara tem a pele marrom, o cabelo crespo com corte no formato black power, está sorrindo, e usando brinco de argola dourados, colar de contas, e uma blusa branca com listras cinzas.

Imagem 6: Imagem de pessoas segurando cartaz “Sim, eu sou assexual”.

Lettering:

Assexuais

São pessoas que se encaixam num espectro de assexualidade. Suas diversas identidades sexuais estão ligadas a diferentes formas de não sentir atração sexual.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recorte de fotografia de pessoa segurando cartaz escrito “Sim, eu sou assexual”. Abaixo a palavra “Assexuais” seguida da frase “Assexuais são pessoas que se encaixam num espectro de assexualidade. Suas diversas identidades sexuais estão ligadas a diferentes formas de não sentir atração sexual”. O recorte de fotografia mostra uma pessoa de pele branca, cabelo ruivo alaranjado, usando óculos de gal.

Imagem 7: Recorte de fotografias de pessoas, dois espíritos, muxches e outras identidades.

Lettering: +

Para além de LGBTIA, existem diversas identidades que confrontam as noções de gênero e sexualidade construídas socialmente.

Texto alternativo: Arte visual mostrando recorte de fotografia de Landa Lakes e abaixo o sinal “+”, em seguida a frase “para além de LGBTIA, existem diversas identidades que confrontam as noções de gênero e sexualidade construídas socialmente”. Landa Lakes é uma pessoa dois espíritos, identidade indígena que não é masculina nem feminina, ela tem a pele branca, seus cabelos escuros e lisos vão até o ombro, ela usa uma blusa verde claro com magas bufantes e babados, além de usar diversos colares e uma pena na cabeça em deferência a sua etnia Chikasaw.

Legenda: Na família, igreja e até mesmo na escola é ensinado que existem homens e mulheres e que esses dois “sexos” se atraem, que homens e mulheres possuem diferentes papéis na sociedade e que essa é a única forma “natural” de existir.

O movimento social LGBTIA+ foi o primeiro a identificar esse padrão e apontá-lo como opressor, reivindicando identidades que legitimassem suas formas de viver, e para legitimar e reconhecer mais pessoas essa sigla passou de três (GLS) para 7 (LGBTIA) letras e até um sinal (+).

Mesmo com o avanço na inclusão, nem todas as identidades que fogem dos padrões de gênero e sexualidades cabem no LGBTIA. Aqui no Brasil, por exemplo, há identidades como sapatão e travesti. Quando ampliamos esse olhar para as Américas vemos formas de se reconhecer como as identidades “dois espíritos”, “muxches” e outras, que são existentes em povos tradicionais indígenas, e estão ligadas não só a identidade sexual e de gênero, mas também a espiritualidade e cultura. Muitas dessas pessoas criticam a sigla LGBTIA+ e a consideram ocidental e excludente.

A sigla LGBTIA+ é importante para entender como as políticas públicas chegam em pessoas com identidades de gênero, orientação sexual e conformação corporal diversas, mas ela nem sempre irá fornecer todas as respostas e nem mesmo esse projeto tem essa pretensão.

6. Publicação - Data 10/05/2021 - 21:00 - Stories 3 - Destaque “O que é” 2 - Detalhes azuis

Arte visual 1: Recorte de fotografia de mulheres em momento de afeto e bandeiras lésbicas

Lettering:

Lésbicas

Mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres.

Arte visual 2: recorte de fotografia de homens em momento de afeto

Lettering:

Gays

Homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens.

Arte visual 3: Recorte de fotografia de Lucas Penteado.

Lettering:

Bissexuais

Pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com homens, mulheres e pessoas trans não binárias.

Arte Visual 4: recortes de fotografias de Liniker, João W. Neri e Duda Salabart.

Lettering: Trans e Travestis.

Pessoas que não se identificam com o gênero que a sociedade lhes impõe, que são não apenas homens e mulheres trans, mas também pessoas trans não binárias, a-gêneros e muitos outros.

Imagem 5: Recorte de fotografia de pessoa intersexo.

Lettering: Intersexuais

Pessoas que nascem com características corporais que não se encaixam no que a sociedade impõe como corpo feminino e masculino.

Imagem 6: Imagem de pessoas segurando cartaz “Sim, eu sou assexual”.

Lettering:

Assexuais são pessoas que se encaixam num espectro de assexualidade. Suas diversas identidades sexuais estão ligadas a diferentes formas de não sentir atração sexual.

Imagem 7: recorte de fotografia de pessoas, dois espíritos, muxches e outras identidades.

Lettering: + para além de LGBTIA, existem diversas identidades que confrontam as noções de gênero e sexualidade construídas socialmente.

7. Publicação Data 11/05/2021 - 12:00 - Feed 4 - Detalhes azuis

Imagem 1: Recorte de fotografia de Milena Lacerda.

Lettering: Entrevista com Milena Lacerda, pesquisadora de gênero e sexualidade, e professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Texto alternativo: Arte visual mostrando fotografia de Milena Lacerda, mulher de pele clara, cabelos castanhos escuros lisos, usando óculos de grau; leço nas cores amarelo e laranja sobre os ombros; calça deans escura e sandália de dedo. E frase: “Entrevista com Milena Lacerda, pesquisadora de gênero e sexualidade, e professora na Universidade Federal do Tocantins (UFT).”

Legenda: Milena Lacerda estuda diversidade de gênero e sexualidade desde 2010. Sua pesquisa inclui movimentos LGBTIA+ tocantinenses e políticas de educação voltadas para essa população. Milena conta que sua vinculação com a temática é ao mesmo tempo, política e subjetiva, Milena Lacerda também se assume bissexual. E para entender o cenário das políticas LGBTIA+ no Tocantins, o Gueto Jornalístico foi falar com ela.

GJ: Como você vê as políticas públicas para pessoas LGBT no Tocantins?

ML: Numa perspectiva mais abrangente, quando a gente pensa em políticas sociais e políticas públicas para população LGBT tem que se pensar na atuação do movimento LGBT, porque essas políticas, as poucas políticas que existem, e que já existiram, são fruto de uma movimentação social dos coletivos que estão pautando esse debate. As políticas sociais no Tocantins são diferentes dos outros estados que já tem uma trajetória política. Nós temos particularidades porque o nosso Estado é coronelista, tem uma bancada ruralista, tem concepções hegemônicas de gênero e sexualidade, e é extremamente fundamentalista. Palmas é conhecida como capital da fé, ela se vende como a capital da fé, inclusive com recursos públicos.

Falar de políticas sociais e políticas públicas era muito mais fácil há cerca de oito anos atrás quando tinha conferências LGBT em Palmas, conferências estaduais LGBT, ou conferências conjuntas. Hoje a gente não tem nem financiamento para as políticas públicas LGBT. Antes a gente tinha secretarias, inclusive ao nível nacional, hoje é muito mais difícil. Acho que o cenário das políticas públicas LGBT seja na educação, na saúde, na segurança pública e nas políticas de trabalho estão no pior cenário nos últimos 20 anos, quando havia regulamentações mais precisas de enfrentamento a LGBTfobia e de políticas de reconhecimento a essa população. Existiam políticas nacionais, existiam políticas de incentivo às políticas estaduais. Por exemplo, a gente tem o programa Brasil Sem Homofobia, que é de 2004, estimulando os Estados a realizar conferências estaduais e municipais LGBT, foi nesse momento que houve a primeira conferência LGBT do Estado Tocantins.

8. Publicação Data 11/05/2021 - 12:02 - Feed 5 - Detalhes azuis

Imagem: Arte visual com recorte de fotografia de Milena Lacerda.

Lettering: “A pandemia vai acirrar muito mais uma série de preconceitos porque se essa população não tá na rua, ela tá dentro de casa e qual é o significado de viver o isolamento social junto familiares que são extremamente homofóbicos?”

Texto alternativo: Arte visual mostrando fotografia de Milena Lacerda, mulher de pele clara, cabelos castanhos ruivos alaranjados, usando máscara cirúrgica verde claro e blusa preta com estampa de formas irregulares brancas. E frase: “A pandemia vai acirrar muito mais uma série de preconceitos porque se essa população não tá na rua, ela tá dentro de casa e qual é o significado de viver o isolamento social junto familiares que são extremamente homofóbicos?”.

Legenda: GJ: Você acha que existem políticas para pessoas LGBTIA+ em Palmas?

ML: Olha, no âmbito de Palmas não... Hoje, que eu saiba, não existe nenhuma política voltada, sei que existem algumas entidades e organizações, principalmente vinculadas às universidades, estão aí tentando pensar esse debate, porque que eu saiba o plano LGBT foi a primeira política pública voltada à população de LGBT do estado do Tocantins e foi revogado.

GJ: Por que pessoas LGBTIA+ precisam de políticas públicas?

ML: Porque historicamente a população LGBT foi invisibilizada, nacionalmente foi tratada como doença, foi tratada como pecado, como crime. Nós temos um projeto de nação com preceitos heteronormativos e sexistas que vão acreditar que a população LGBT não tem que existir, que tem de aniquilar qualquer pessoa que vai contra o modelo hegemônico que é o homem, cristão, heterossexual, que tem um poder aquisitivo, que é religioso e branco. Nós precisamos de políticas porque a população está morrendo. Hoje o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo em anos consecutivos, mas é o mesmo país que mais consome pornografia trans, o que explica isso?

Há um número hoje no Brasil que é expressivo de violência da população LGBTIA+ e que é a ponta do iceberg, se a gente for observar os dados eles são pouco representativos porque o poder público ao nível Estadual, Federal e Municipal ele não faz sistematização dos dados. Quem faz o monitoramento desses dados é o movimento LGBT e agora a gente tá num contexto de pandemia. A pandemia vai acirrar muito mais uma série de preconceitos, porque se essa população não tá na rua, ela tá dentro de casa e qual é o significado de viver o

isolamento social junto familiares são extremamente homofóbicos, extremamente lesbofóbicos, extremamente violentos?

Há uma necropolítica, que é a política de morte, a política de eliminação, a política de aniquilamento dessas pessoas, porque hoje... eu falo hoje por que está mais reatualizado, mas isso está na história do país, há uma concepção de família que é só pai, mãe e filho, e essa concepção de família não entende casais que são a diversidade.

9. Publicação - Data 11/05/2021 - 12:05 - Feed 6 - Detalhes azuis

Imagem: Arte visual com recorte de fotografia de Milena Lacerda.

Lettering: “A gente quer cidadania, acho que é importante a gente pensar em políticas de cidadania.”

Texto alternativo: Arte visual mostrando fotografia de Milena Lacerda, mulher de pele clara, cabelos escuros e ondulados, usando blusa preta e brinco. E frase: “A gente quer cidadania, acho que é importante a gente pensar em políticas de cidadania”.

Legenda: GJ: Como você acha que devem ser feitas políticas para população LGBTIA+?

ML: Acho que primeiro deveria ter uma articulação entre os representantes políticos com os movimentos sociais, tem que ouvir o movimento social. E essa construção de políticas públicas é feita em conferências, um espaço de controle social e participação política, é importante que o Estado e aí tô falando assim, os vereadores, os deputados... garantam espaços para que o movimento LGBTIA+ possa falar, possa construir políticas. Além de ouvir o que o movimento LGBT tem para dizer, é importante que a gente discuta gênero e sexualidade na educação. É um espaço muito importante para que se consiga captar uma contra-hegemonia dos processos de homofobia, de sexismo. Consiga divulgar e conscientizar e abordar o que é diversidade, o que é diversidade étnico-racial..

Precisamos que esse debate se alastre para os profissionais de segurança pública, para que os casos de homofobia sejam tratados como tais. Hoje há algumas regulamentações que determinam que haja espaço para homofobia e LGBTfobia nos boletins de ocorrência. Se eu apanhei porque eu sou gay, ou lésbica, ou bissexual, isso deve ser registrado. Isso é importante, mas nem sempre isso é cumprido nos espaços das delegacias, ou pelos policiais. Então também é preciso formação continuada com esses profissionais, para que esses profissionais saibam atender a população LGBT.

Também é preciso de políticas de emprego e renda voltadas para população LGBT, para travestis e transexuais que geralmente só conseguem o espaço da prostituição, ou ser cabeleireira. não tem outra opção... Mas a gente precisa garantir isso, isso se vincula diretamente com debate de gênero e sexualidade nas escolas porque para elas conseguirem se inserir com profissionais, e las precisam se formar anteriormente.

Nós precisamos de uma série de políticas de saúde. Uma pauta do movimento de mulheres trans é o ambulatório para travestis e transexuais em Palmas. É uma pauta já antiga, mas que até então ainda não foi regulamentada... A gente quer muita coisa né, a gente quer cidadania, acho que é importante a gente pensar em políticas de cidadania.

10. Publicação - Data 11/05/2021 - 18:00 - Stories 4 - Destaque “Jogando” 2 - Detalhes Azuis

Story 1

Arte Visual: Recorte de foto de vereadores/as.

Lettering: Identificamos 24 falas e ações vindas de vereadores e vereadoras sobre pessoas LGBTIA+ e selecionamos algumas para criar um jogo de verdadeiro ou falso.

Recurso enquete: Quer jogar? Sim/Não.

Story 2

Arte Visual: Foto de Filipe Martins.

Lettering: O vereador @Filipe Martins (PMDB) criou uma lei que proibia o uso de banheiros por pessoas de “sexos diferentes”, o que pode impedir o acesso de pessoas trans a banheiros públicos.

Recurso enquete: Verdadeiro/Falso

Story 3

Imagem: Fundo.

Lettering: Verdadeiro

Apresentado pelo vereador com a justificativa de evitar abusos sexuais, o Projeto de Lei foi aprovado pela Câmara e sancionado pelo presidente da Casa Marilon Barbosa em novembro de 2020. A ação foi criticada pela @Atrato, @OAB e a @Defensoria pediu revogação da Lei.

Fonte: Matérias publicadas no @G1tocantins, @pautanoticias e @AFnoticias

Story 4

Imagem: Imagem de Rogério Freitas.

Lettering: Vereador Rogério Freitas (MDB) disse que o Partido dos Trabalhadores (PT) tentou dividir os brasileiros “em homens, mulheres, negros, heterossexuais e homossexuais”.

Recurso enquete: Verdadeiro/Falso

Story 5

Imagem: Fundo.

Lettering: Verdadeiro

Na ocasião, em agosto de 2019, o vereador acusava a prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB) de tirar a discussão do foco político para o pessoal ao chamar o vereador Milton Neris (PDT) de machista. Segundo o parlamentar, "dividir" o povo brasileiro havia sido uma estratégia do PT que perdeu nas urnas na eleição presidencial de 2018.

Fonte: Matéria publicada no @CleberToledo

Story 6

Imagem: Recorte de fotografia de Jucelino Rodrigues

Lettering: Jucelino Rodrigues (PSDB) afirmou que iria pedir que manifestantes contrários ao veto da discussão de gênero nas escolas fossem retirados da Câmara de Palmas.

Recurso enquete: Verdadeiro/Falso

Story 7

Imagem: Fundo.

Lettering: Verdadeiro

A Medida Provisória (MP) que proibia o debate de gênero nas escolas, feita pelo ex-prefeito Carlos Amastha (PSB), estava sendo discutida na Câmara. O veto estava sendo apoiado por muitos vereadores, a plateia composta por cidadãos vaiou a fala dos parlamentares e Jucelino Rodrigues (PSDB) afirmou que eles estavam sendo pagos para isso e deveriam ser retirados.

Fonte: Matéria publicada no @Conexão Tocantins

Story 8

Imagem: Recorte de fotografia de Marilon Barbosa.

Lettering: Marilon Barbosa (PSB) se comprometeu a elaborar Projetos de Lei (PL) que criassem um Conselho Municipal para Diversidade e um Plano Municipal para a Diversidade.

Recurso enquete: Verdadeiro/Falso

Story 9

Imagem: fundo

Lettering: Verdadeiro

Após ter declarado que homossexuais tinham “práticas infames”, o parlamentar, que era presidente da Câmara de Palmas, reuniu-se com membros do movimento LGBTIA+ e afirmou respeitar os homossexuais e fez o compromisso de criar os PLs.

Fonte: Matéria publicada no @Gazeta do Cerrado.

11. Publicação - Data 12/05/2021 - 12:00 - Feed 7 - Detalhes verdes

Mídia: Vídeo animado.

Texto Alternativo: Vídeo com frase “Leis palmenses que cite m LGBTIA+”, e abaixo animação numérica que inicialmente mostra uma série de números aleatórios, para em seguida mostrar o número dois, indicando que há duas leis que cite m LGBTIA+ em Palmas.

Legenda: A lei 2028 do ano de 2014 cria o Conselho Municipal Dos Direitos Humanos e Equidade (COMUDHEQ). A legislação faz uma menção indireta a população LGBTIA+ ao estabelecer um dos objetivos do Conselho que seria justamente orientar a prefeitura a traçar políticas públicas na defesa dos direitos humanos assegurando a “garantia da igualdade e da proteção dos direitos de grupos sociais e étnicos, afetados por discriminação racial, identidade de gênero, orientação sexual, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”.

Já a Lei 2.368 de 2018 faz uma menção direta à sigla “LGBT” ao garantir uma vaga para pessoas do movimento LGBTIA+ no Conselho Municipal de Juventude (Comjuv).

Para que uma lei seja criada, um Projeto de Lei (PL), criado por um(a) parlamentar, ou pela prefeita, deve ser apresentado à Câmara de Palmas e aprovado pela maioria dos 19 vereadores e vereadoras. No banco de Leis de Palmas, uma cidade com quase 31 anos, há milhares de leis, mas apenas duas delas fazem referência à população LGBTIA+. Mesmo entre as leis do Plano Plurianual (PPA), que definem para que programas o orçamento municipal será destinado, apenas os PPAs de 2014-2017 e 2010-2013 citam programas ou ações que atingem especificamente pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. O PPA de Palmas para 2018-2021, embora defina verbas específicas para políticas sociais e mesmo para a defesa de Direitos Humanos, não cita em nenhum momento as siglas “LGBT”, “LGBTIA+” ou qualquer identidade contida dentro delas, mesmo que em diversos momentos fale de garantir a “diversidade”, “equidade” e “inclusão social”.

As informações divulgadas neste post foram obtidas ao pesquisar termos chaves no Banco de Leis municipal que pode ser acessado no Portal da Prefeitura de Palmas.

12. Publicação - Data 12/05/2021 - 18:00 - Feed 8 - Detalhes amarelos

Mídia: Vídeo

Legenda: O decreto 1.726, assinado em 11 de abril de 2019 pela Prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB) assegura o direito ao uso do nome social às pessoas trans e travestis nos órgãos e entidades da administração pública de Palmas. Esse direito já havia sido assegurado por decreto presidencial em 2016. O que não diminui a importância da regulamentação municipal, dado que torna o direito mais conhecido, aumentando a possibilidade de ser respeitado.

Em 2015, o decreto 1.142 convocou uma conferência municipal dos Direitos Humanos que objetivava “à construção de propostas de proteção social, atendimento e enfrentamento à violação de direitos humanos da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, da população negra e da população LGBT.”

O decreto de junho de 2011 Convocava a II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no entanto, não foram encontrados no Banco de Leis ou nos diários oficiais nenhum decreto, lei, portaria, ou resolução que tenha estabelecido ações descritas como surgidas desse evento.

Já o 4º e último decreto foi sancionado em 2006 e estabelece o organograma da Coordenação da Mulher, Direitos Humanos e Equidade que promete “implementar políticas públicas de combate à violência e a discriminação contra gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais; desenvolver, em parceria com outras áreas governamentais, programas que visem à promoção da cidadania homossexual no Município de Palmas”. No site da prefeitura não foram encontrados nenhuma menção a Coordenação.

#PraCegoVer Vídeo com frase “Decretos palmenses que citem LGBTIA+”, e acima animação numérica que inicialmente mostra uma série de números aleatórios, para em seguida mostrar o número quatro, indicando que há quatro decretos que citem LGBTIA+ em Palmas.

13. Publicação Data 12/05/2021 - 18:00 - Storys 5 - Destaques “O que é” 3 - Detalhes Verdes

Story 1

Imagem: Recorte de fotografia de pessoa com mão no queixo.

Recurso enquete: Você sabe o que é violência? SIM/NÃO

Lettering: Existem muitas definições dela por aí, mas uma das mais completas é a fornecida pela Organização das Nações Unidas @ONU.

Story 2

Imagem: Logo da ONU

Lettering: Segundo a ONU, Violência é o “uso intencional de força física ou poder, por ameaça ou ação, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que resulta ou tem alta probabilidade de resultar em ferimento, morte, sofrimento psicológico, mal desenvolvimento ou privação”.

Tradução de Tales Gubes

Story 3

Imagem: recorte de fotografia de menino.

Lettering: A Comissão Interamericana de Direitos Humanos @CIDH relata algumas formas de violências contra a população LGBTIA+. Na maioria das vezes os agressores têm o desejo de “punir” as identidades dessas pessoas.

Story 4

Imagem: Foto do livro.

Lettering: Em um relatório publicado em 2015, a CIDH explica que a violência LGBTfóbica é motivada por preconceito, isso significa que ela não é um fato isolado, mas sim um fenômeno social.

Story 5

Imagem: foto de pessoa triste.

Lettering: Organizações como a Associação Nacional de Travestis (@ANTRA) alertam para tipos específicos de violência de acordo com cada identidade LGBTIA+. Nesse sentido, pessoas trans sofrem transfobia; mulheres lésbicas, lesbofobia; pessoas bissexuais, bifobia; e assim por diante.

14. Publicação Data 12/05/2021 - 21:00 - Feed 9 - Detalhes verdes

Arte Visual 1: Gráfico de pizza.

Lettering: 86% das pessoas LGBTIA+ sofreram discriminação.

Texto alternativo:

Arte Visual 2: Gráfico de Rosca

Lettering: 55% foram agredidas.

Texto alternativo:

Arte Visual 3: Gráfico de Rosca

Lettering: 100% ouviram críticas em relação à sua orientação sexual.

22% sofreram discriminação em sua comunidade.

21% sofreram discriminação na escola.

Texto alternativo:

Legenda: Hoje não é dia de #tbt, mas na falta de dados atuais sobre violência contra população LGBTIA+ a única alternativa é recordar. Os dados, colhidos pela Associação Grupo Ipê Amarelo de Conscientização e Luta Pela Livre Orientação Sexual (Giama) na quarta parada LGBT em Palmas, ocorrida em 2007, mostram que 86% das pessoas entrevistadas sofreram algum tipo de discriminação LGBTfóbica*.

De lá para cá, o tratamento do Poder Público Federal em relação à violência LGBTIA+ mudou bastante. Em 2011 a Política Nacional de Saúde Integral LGBT determinou que devem ser feitas ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde nos casos de violência contra pessoas LGBTIA+ nas secretarias de Saúde Estaduais e Municipais, além de que, as notificações de violência registradas no Sistema Único de Saúde (SUS) devem informar as identidades de gênero e orientação sexual das vítimas.

Em 2015, uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT permitiu que os Boletins de Ocorrência (B.O), registrados nas delegacias estaduais, também apontem identidade de gênero, orientação sexual e nome social de quem registra o B.O.

E a maior mudança de todas, a discriminação contra pessoas LGBTIA+ se tornou crime com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de equiparar homofobia e transfobia ao crime de racismo (lei 7.716/89), em 2019.

Muitas cidades como Belo Horizonte (MG), Maceió (AL), Recife (CE), Salvador (BA), e outras, têm leis municipais que criam meios de punição ou prevenção à violência contra pessoas LGBTIA+. Já Palmas parece não ter sido atingida pelas mudanças nacionais e segue sem nenhuma lei nesse sentido**.

*Os dados da pesquisa sobre violência foram informados na matéria “Violência e discriminação serão destaques da I Conferência GLBT do Tocantins” publicada no site do Governo Estadual.

** A busca por legislações referentes ao combate à violência foi feita no Banco de Leis da Prefeitura de Palmas.

15. Publicação Data 12/05/2021 - 21:00 - Storys 5 - Destaques “Dados” 1 - Detalhes roxos

Story 1

Arte Visual 1: Gráfico de pizza.

Lettering: 86% das pessoas LGBTIA+ sofreram discriminação.

Dados da 4ª Parada LGBT de Palmas, em 2004, recolhidos por meio de pesquisa feita pela Associação Grupo Ipê Amarelo de Conscientização pela Luta Pela Livre Orientação Sexual (GIAMA).

Story 2

Arte Visual 2: Gráfico de Rosca.

Lettering: 55% foram agredidas.

Story 3

Arte Visual 3: Gráfico de Rosca.

Lettering: 100% ouviram críticas em relação a sua orientação sexual.

22% sofreram discriminação em sua comunidade.

21% sofreram discriminação na escola.

16. Publicação Data 13/05/2021 - 12:00 - Feed 12 - IGTV 1 - Detalhes amarelos

Mídia: Vídeo João Pedro

Legenda: (Publicação pode conter gatilhos emocionais ligados a violência) O lugar mais frequente onde pessoas LGBTIA+ sofrem violência é em casa. Na maioria das vezes o autor é um homem. A maior parte das notificações de violência de pessoas LGBTIA+ entre 2015 e 2017 eram de pessoas entre 20 e 59 anos, mas a faixa etária entre 10 e 19 anos chegou a mais de 6 mil notificações de violência, o que significa que mais de 25% das agressões registradas atingiram crianças e adolescentes.

Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) (1) se encaixam sistematicamente com a história de João Pedro. A LGBTfobia começa cedo, em casa, e também não cessa na escola. Em 2015, 73% dos jovens LGBTIA+ foram agredidos verbalmente e 27% foram agredidos fisicamente devido ao preconceito contra sua orientação sexual, e entre as pessoas agredidas, 36% sentiu que a resposta de agentes de ensino para interromper as agressões foi ineficaz.(2)

As agressões contra mulheres lésbicas, como as ocorridas com a amiga de João Pedro, também são significativas. Os dados do Sinan demonstram que 32,6% das notificações de violência foram contra mulheres lésbicas de 2015 a 2017 e que as notificações de agressões contra o grupo aumentaram em 49,3% no período.[9]

Os dados nacionais refletem situações locais onde histórias e pessoas são inseridas numa rede de violências na qual Palmas também está emaranhada.

.

#PraCegoVer Vídeo de João Pedro, homem de pele branca, cabelos cacheados escuros, usando camisa cinza com uma figura de um “alien” estampada. No vídeo são apresentadas duas perguntas por meio de texto, que em seguida são respondidas por João Pedro são elas: “Você já sofreu violência motivada por LGBTfobia?”, “você denunciou a violência?”.

.

1 Dados retirados da pesquisa “Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017”.

2 Dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada pela Secretaria de Educação da ABGLT e publicada em 2016.

17. Publicação Data 13/05/2021 - 18:00 - Storys 6 - Destaques “Dados” 2 - Detalhes azuis

Story 1

Imagem: Arte visual com fundo preto, nome em branco de pessoas assassinadas, mapa do Brasil em branco centralizado e dentro lettering.

Lettering: No Brasil foram assassinadas 175 pessoas trans em 2020.

Fonte: Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras.

Story 2

Imagem: Desenho de mapa.

Lettering: O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e se mantém nessa posição desde 2009.

Story 3

Imagem: Silhueta de mulher

Lettering: Em 2020 a maioria dos assassinatos foi de mulheres jovens. 29,5 anos foi a idade média das mulheres trans assassinadas.

Story 4

Imagem: 8 silhuetas de meninas

Lettering: Também são significativos os números de crianças mortas, oito meninas trans de 15 a 18 anos foram assassinadas no Brasil no ano passado.

Story 5

Imagem: Recorte de fotografia de rosto de mulher negra.

Lettering: A violência atinge mais mulheres pretas e pardas, 78% das travestis e mulheres trans assassinadas em 2021 eram negras

Story 6

Imagem: Mapa do Tocantins.

Lettering: O Tocantins registrou o assassinato de uma mulher trans em 2020, segundo o dossiê. Como a contabilização das mortes é feita através de notícias jornalísticas, a subnotificação influencia os dados.

Story 7

Imagem: Recorte de fotografia do rosto da Rafaela Mahare.

Lettering: A violência contra pessoas trans e travestis está em todos os lugares e vai além das agressões físicas.

Rafaella Mahare, economista e funcionária pública.

“Uma das formas de transfobia que presencio constantemente é o não respeito ao nome social nas instituições de saúde”.

Story 8

Imagem: Gráfico de barras indicando crescimento.

Lettering: Assim como os assassinatos, o número de suicídios também cresceu, indo de 15 para 23 casos. O suicídio também é considerado pelas Organizações LGBTIA+ como fruto da transfobia.

Story 10

Imagem: Fotografia da psicóloga.

Lettering: Dhieine Caminski, psicóloga.

“O sofrimento sociopolítico das pessoas trans é o que leva a maior exposição a riscos sejam estes físicos, sociais e mentais... De maneira geral, as pessoas trans estão suscetíveis ao sofrimento mental, pois possuem menos rede de apoio que as demais.”

Story 9

Imagem: Fotografia de pessoas trans.

Lettering: Wanda Almeida, Estudante De Jornalismo

“O que eu percebo que é mais violento de tudo é essa exclusão social, que pessoas trans sofrem. Por exemplo, no meu ciclo de amizade eu sou a única pessoa trans... Eu percebo que falta essa proximidade, as pessoas trans são carentes desse afeto.”

18. Publicação - Data 13/05/2021 - 18:00 - Feed 11 - IGTV 2 - Detalhes amarelos

Mídia: Vídeo Gabriel Arthur

Legenda: (Publicação pode conter gatilhos emocionais ligados a violência) Gabriel Arthur expõe uma série de violências ao tentar acessar políticas públicas de saúde que deveriam estar disponíveis a todos, mas que a LGBTfobia impõe entraves que o Poder Público Municipal foi incapaz de sanar.

A experiência vivida por Gabriel, contraria a Política Nacional de Saúde LGBT que determina que o nome social deve ser garantido, que os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os níveis, deve atuar “na eliminação do preconceito e da discriminação da população LGBT”, além de afirmar o direito ao processo transexualizador dentro do SUS.

A LGBTfobia já existia antes da pandemia e nas palavras de Arthur, ela se agrava com isolamento social, 10,91% das pessoas LGBTIA+ apontam o convívio familiar como a maior dificuldade nesse período. Essa porcentagem sobe para mais de 50% entre pessoas jovens, de 15 a 24 anos e idosos de 55 anos ou mais, de acordo com dados do Diagnóstico LGBT+ na Pandemia feito pela Organização da Sociedade Civil “Vote LGBT+”. Conforme a Vote

LGBT+, esses dados apontam o preconceito vivido dentro de casa, denunciando que para população LGBTIA+ o isolamento nem sempre é a alternativa mais segura e saudável.

#PraCegoVer vídeo Gabriel, homem de pele clara, cabelos escuros, e barba curta; usando uma camisa preta com vários desenhos em referência a ciência, como foguetes, beakers e outros. No vídeo são apresentadas quatro perguntas por meio de texto, que em seguida são respondidas por Gabriel são elas: “Você já sofreu violência motivada por LGBTfobia?”, “como você lida com a violência hoje em dia?”, “Você continua sofrendo LGBTfobia ou ela deixou de existir?”, “você se sente visto pelo poder público municipal?”.

19. Publicação Data 14/05/2021 - 12:00 - Feed 10 - IGTV 3 - Detalhes amarelos

Vídeo: Pollyana Almeida.

Legenda: (Publicação pode conter gatilhos emocionais ligados a violência) Quase um terço das pessoas LGBTIA+ são bissexuais. Esse dado (1) confronta a invisibilidade dos bissexuais que ocasionam os estereótipos descritos por Pollyana Almeida. Os dados também demonstram a prevalência da violência entre bissexuais. No período de 2015 a 2018, a violência nessa identidade cresceu mais que em todas as identidades LGBTIA+ chegando a um aumento de 101,4% (2).

Pollyana acredita que o tipo de violência sofrida por ela muitas vezes é invisibilizado, mesmo assim a violência psicológica, aquela que provoca dano emocional, é a segunda mais presente na vida de pessoas LGBTIA+, perdendo apenas para a agressão física (2).

A maior parte dos casos de violência contra pessoas de gênero e orientação sexual dissidentes é contra pessoas negras, Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação(3) e do Vote LGBTIA+ (4) também apontam a maior prevalência de violência e vulnerabilidade socioeconômica entre pessoas negras LGBTIA+. Grande parte desses relatórios afirma que as desigualdades entre pessoas brancas e não brancas devem ser consideradas na construção e execução de políticas públicas para LGBTs, evitando que um grupo ainda mais vulnerável seja invisibilizado e esquecido.

#PraCegoVer vídeo de mulher negra, usando blusa prateada cordões, brincos de argola e tranças no estilo dread locks enquanto olha para câmara. No vídeo são feitas quatro perguntas, em texto, intercaladas pelas respostas, são elas: “você já sofreu violência motivada

por LGBTfobia?"; "você denunciou a violência?"; "você procurou apoio psicológico nos serviços públicos?" e "você se sente vista pelo poder público municipal?".

(1) Dado da Pesquisa Nacional por amostra da população LGBTIA+ feita em 2019 pela OSC @Todxs;

(2) Dados retirados da pesquisa científica "Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017";

(3) Dados publicados no Atlas da Violência de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

(4) Diagnóstico LGBT+ na Pandemia publicado pelo @VoteLGBTIA+

20. Publicação Data 14/05/2021 - 18:00 - FEED 13 - Detalhes laranjas

Mídia: Artes visuais

Arte 1

Texto Alternativo: Arte visual com a palavra "Live" escrita acima, em seguida o título da live "O que querem os movimento LGBTIA+ em Palmas?", abaixo data, horário e canal onde ela será transmitida "16/05, Às 20 horas no gueto jornalítico".

Lettering:

O que querem os movimento LGBTIA+ em Palmas?

16/05, Às 20 horas no gueto jornalítico

Arte 2

Texto Alternativo: Arte visual mostrando fotos e apresentação das participantes da live são elas: "Karol Chaves, ativista na Rede de Mulheres lésbicas negras feministas, Candaces", sua foto mostra uma mulher de pele clara, cabelos cacheados, que sorri levemente com a boca fechada. Ela usa óculos de grau de armação vermelha, uma camisa preta e colar vermelho.

"Byanca Marchiory ativista na Associação de Travestis e Transexuais no Tocantins (ATRATO)", sua foto mostra mulher de pele bronzeada cabelos loiros lisos com um grande sorriso que mostra seus dentes brancos. Ela usa uma camisa preta.

"Karina Custódio, estudante de jornalismo e mediadora." sua foto mostra uma mulher de pele clara, cabelos cacheados escuros, ela olha pra frente sem sorrir e usa uma camisa preta e batom roxo nos lábios.

Lettering:

Karol Chaves, ativista na Rede de Mulheres lésbicas negras feministas, Candaces.

Byanca Marchiory ativista na Associação de Travestis e Transexuais no Tocantins (ATRATO).

Karina Custódio, estudante de jornalismo e mediadora.

Legenda: Os movimentos sociais LGBTIA+ são parte importante na reivindicação e construção de políticas públicas para pessoas LGBTIA+, e amanhã as 20 horas você terá a oportunidade de ouvir duas membras desse movimento, marca esse evento na agenda e não esquece de fazer várias perguntas!

21. Publicação - Data 15/05/2021 - 12:00 - Feed 14 - IGTV 4 - Detalhes laranjas

Mídia: Vídeo Entrevista Superintendente da Guarda Metropolitana

Texto Alternativo:

Legenda: O Gueto Jornalístico entrevistou Marcelo Lima, Superintendente da guarda metropolitana de Palmas, o agente de segurança pública foi questionado sobre as funções da Guarda Metropolitana, sobre a existência de ações para prevenção a violência contra pessoas LGBTIA+, assim como também se a Guarda recebe formação para atender a população LGBTIA+ e como ela age em casos de violências provocadas pela LGBTfobia.

#PraCegoVer Vídeo mostra Karina Custódio, mulher de pele clara, cabelos cacheados escuros na altura da nuca, usando óculos de grau com armação preta e camisa de botões quadriculada em tons de vermelho. Intercalado com as imagens do superintendente Marcelo Lima, homem de pele clara com calvície em parte da cabeça, cabelos pretos escuros e curtos, usando farda da Guarda metropolitana na cor azul escura.

22. Publicação Data 15/05/2021 - 18:00 - feed 15 - Detalhes laranjas

Mídia: Artes visuais

Arte visual: imagem

Lettering: Que ações a Prefeitura de Palmas faz para combater a violência contra pessoas LGBTIA+?

Texto alternativo: Arte visual com fotografia do prédio do Centro Administrativo da prefeitura de Palmas e a frase “Que ações a Prefeitura de Palmas faz para combater a violência contra pessoas LGBTIA+?”.

Legenda: O que você acha que um município deveria fazer para garantir a segurança de seus cidadãos e cidadãs? O Gueto Jornalístico perguntou o que a Secretária de Segurança Pública e Mobilidade Urbana de Palmas (Sesmu) fez para garantir o direito à segurança de pessoas LGBTIA+ e inicialmente a resposta foi o silêncio, a secretária Iraneide Costa, responsável pela pasta, se recusou a conceder entrevista. Antes dela o seu antecessor, o Coronel Benício, já havia se comprometido a ser entrevistado pelo Gueto por meio de vídeo chamada, mas o ex-gestor não compareceu no horário marcado, segundo a assessoria de imprensa, houve problemas de conexão.

Diante do silêncio, três pedidos de informações foram encaminhados a pasta e até o momento apenas um foi respondido. No entanto, a resposta foi feita incompleta, às perguntas se referiam a atuação de toda a Sesmu, mas foram respondidas apenas a Guarda Metropolitana de Palmas, que já concedeu entrevista ao Gueto, um recurso foi enviado para que os questionamentos sejam respondidos adequadamente. Até o momento as perguntas seguem sem respostas:

Quais são as ações de prevenção e combate a violência executadas pela SESMU? Essas ações foram intensificadas ou adaptadas na pandemia? Alguma dessas ações é voltada para pessoas LGBTIA+?

.

As fotos do post foram retiradas de matérias da assessoria de imprensa da prefeitura e são da fotógrafa Regiane Rocha.

23. Publicação Data 16/05/2021 - 18:00 - Feed 16 - detalhes em vermelho

Mídia: Artes visuais

Arte visual 1

Imagem: Foto de Cinthia Ribeiro

Texto Alternativo: Arte visual com fotografia da prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro, mulher de pele clara, cabelos lisos e loiros amarrados num rabo de cavalo. Cinthia Ribeiro está sentada junto a uma mesa de escritório escrevendo em papéis, ela usa uma camisa social azul, uma máscara cirúrgica branca, e um brinco pequeno nas orelhas.

Lettering: Cinthia Ribeiro fez 4 propostas voltadas para população LGBTIA+ durante a eleição de 2020.

Legenda: Reeleita em novembro de 2020, o plano de Chintia Ribeiro para gestão atual cita a sigla “LGBT” oito vezes em suas 78 páginas, das 346 propostas, 4 delas são voltadas para população LGBTIA+.

A líder do Executivo Municipal prometeu:

- 1 - Construir um Centro de Cidadania LGBTI+;
- 2 - Promover ações de acesso e promoção da assistência social, de saúde, educação, esporte, lazer, turismo, habitação, geração de emprego e renda direcionados ao público LGBTIs;
- 3 - Ampliar as campanhas preventivas de combate a violência contra o grupo social LGBTIs;
- 4 - Criar mecanismos de qualificação e inclusão no mercado de trabalho à população LGBTIs;

Além disso, a gestora também cita em seu plano de Governo uma proposta voltada para Educação municipal que visa atingir “a transversalidade curricular em temas referentes a igualdade de gênero, racial, idosos, portadores de deficiência e LGBTI+”

O Gueto Jornalístico está de olho no andamento dessas propostas e já questionou a prefeitura sobre como elas estão sendo efetuadas, enquanto esperamos o retorno queremos saber, o que você achou dessas proposições? Acredita que elas serão executadas?

.

A foto do post foi retirada de matéria da assessoria de imprensa da prefeitura e são da fotógrafa Regiane Rocha.

24. Publicação Data 16/05/2021 - 20:00 - Feed 18 - detalhes em vermelho

Mídia: Vídeo ao vivo

Legenda: Karol Chaves e Byanca Marchiory mostram quais as reivindicações do Movimento Social LGBTIA+, como o poder público se relaciona com seus movimentos e a opinião delas sobre os rumos das políticas públicas em Palmas, não conseguiu assistir ao vivo? Clica no vídeo e assista agora!

25. Publicação 16/05/2021 - 18:00 - Story - detalhes roxos

Story 2: logo do gueto

Lettering: O Gueto Jornalístico é um projeto independente e colaborativo, isso significa que todo mundo pode participar e as suas opiniões são válidas e importantes!

Story 2: desenho - sem parte verde

Lettering: Gostaria de participar propondo conteúdos, expondo experiências, e dando opiniões? Manda um direct e vamos conversar!

Story 3: Foto de Karina

Lettering: A idealizadora desse projeto é Karina Custódio, estudante de jornalismo, engajada nos direitos humanos e também, uma mulher lésbica.

26. Publicação Data 17/04/2021 - 12:00 - Stories 7

Mídia: Vídeo

Relato curto sobre dificuldade no acesso à informação

26. Publicação Data 17/04/2021 - 18:00 - Feed 17

Arte visual 1:

Imagem: Mapa da região Norte com números dentro.

Texto alternativo: Arte visual com título “Programas específicos para a população LGBTIA+ em 2020” e abaixo mapa dos Estados do Norte mostrando que Palmas, Porto Velho e Rio Branco não tiveram programas para a população LGBTIA+ e que Macapá teve um programa.

Lettering: “Programas específicos para a população LGBTIA+ em 2020”

Macapá 1

Palmas 0

Porto Velho 0

Rio Branco 0

Arte visual 2:

Imagem: Gráfico de barras

Texto alternativo: Gráfico de barra indicando que Macapá investiu 5 mil reais em programas para a população LGBTIA+ enquanto Palmas, Rio Branco e Porto Velho não investiram nada.

Lettering: “Verba para programas específicos para população LGBTIA+ em 2020”

Macapá 5 mil reais

Palmas 0

Porto Velho 0

Rio Branco 0

Legenda: O Gueto Jornalístico questionou, via Lei de Acesso à Informação (LAI), cinco das sete capitais do Norte* sobre as políticas implementadas em 2020, e identificou que, entre às quatro capitais que responderam, apenas Macapá teve programas e verbas destinadas para população LGBTIA+.

O programa “Políticas Públicas Para A Diversidade Sexual” feito por Macapá em 2020 teve uma verba de 5 mil reais. A cidade também afirmou ter dois programas voltados para pessoas LGBTIA+ em 2021, os dois programas tem uma verba prevista na Lei Orçamentária Anual 110 mil reais.

Inicialmente Palmas respondeu à pergunta sobre quais políticas públicas existiam na capital afirmando o compromisso na “busca” por essas políticas, após novos questionamentos a Secretária de Desenvolvimento Social respondeu afirmando que: “Não houve programa específico desenvolvido por parte desta Secretária que atendesse a população GLBTQI+ de Palmas”, a secretária afirmou que as ações e programas são implementadas de forma transversal visando combater preconceitos. A prefeitura também não informou se havia programas em outras secretarias do município.

Porto Velho alegou que seu programa de assistência social também atendia pessoas de gênero e sexualidade dissidentes, no entanto, ao ser perguntado sobre a quantidade de pessoas LGBTIA+ atendidas o município argumentou que o Cadastro Único (CadÚnico) não dispõe de registro de identidade de gênero e orientação sexual, o que contraria a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de 2018 que estabelece o registro da identidade de gênero e sexualidade.

Já Rio Branco informou que não houve recursos específicos para Políticas Públicas Direcionadas "a pessoas GLBTQI+" em 2020.

Manaus não respondeu aos pedidos de acesso à informação feitos em março.

.*O projeto não conseguiu acesso ao portal de solicitações de informações (e-sic) de Belém e Boa Vista, por problemas técnicos do primeiro e por não conseguir acessar o segundo.